

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

“MAIOR ABANDONADO”
Um olhar antropológico sobre o cuidador social

Aline Guedes da Costa
Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Brasília, março de 2012.

ALINE GUEDES DA COSTA

MAIOR ABANDONADO
Um olhar antropológico sobre o cuidador social

Monografia apresentada como exigência parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em
Antropologia. Departamento de Antropologia,
Universidade de Brasília.

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Banca Examinadora:

1. Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura (Orientadora, UnB)
2. Profa. Dra. Soraya Resende Fleischer (Doutora em Antropologia, UnB)

Brasília
Março de 2012

Resumo:

Este trabalho faz um sobrevôo histórico sobre as legislações/contextos que pautaram o atendimento de crianças e adolescentes no Brasil tentando sublinhar o ponto de vista crítico que a literatura antropológica tem sobre o tema. Num primeiro momento da pesquisa, as políticas protetivas e os sujeitos alvos dessas políticas são contextualizados de modo a tentar entender os processos discursivos e históricos que constroem tanto um quanto o outro. Em seguida, tento ilustrar a Unidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (UNAC) – instituição governamental que abriga crianças e adolescentes em risco social no Distrito Federal – e suas frentes de ação. Posteriormente, faço um pequeno estudo etnográfico de uma casa lar da unidade tentando re-significar os episódios ocorridos na casa a partir de um olhar antropológico.

COSTA, Aline Guedes da.

Maior Abandonado: Um olhar antropológico sobre o cuidador social.

Monografia – Antropologia Social.

Brasilia: UnB, 2012.

Orientadora: Cristina Patriota de Moura.

**1. Política de Proteção à infância e juventude – 2. Acolhimento Institucional –
3. Estatuto da Criança e do Adolescente. – 4. Políticas Públicas.**

Sumário

Apresentação	6
Capítulo 1 Introdução.....	7
1.2 O ECA e as Políticas de Proteção à Infância.....	10
Capítulo 2 O Abrigo.....	15
Capítulo 3 O livro.....	30
3.1 Antropologia de arquivos: Combinando a pesquisa de campo com a pesquisa de arquivo.....	32
3.2 A especificidade da pesquisa	33
Capítulo 4 Quem é o cuidador?	38
Capítulo 5 Etnografia da casa	48
5.1 Era uma casa muito ‘engraçada’	51
5.1.1 Cozinha	54
5.1.2 Sala	55
5.1.3 Banheiro	57
5.1.4 Quarto	62
5.1.5 Varanda/Rua	64
Considerações finais	74
Referências Bibliográficas	76

Apresentação

O presente trabalho pretende se debruçar sobre o cotidiano de uma instituição de acolhimento na modalidade casa-lar descentralizada com o objetivo de trazer um pouco dessa realidade para discussão e compreensão.

O trabalho tenta compreender tanto as políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco social, quanto as práticas ligadas a essa política, ou seja, como as pessoas vivem no dia-a-dia as relações propostas por ela.

A pesquisa tem como intenção principal entender o que os cuidadores sociais envolvidos na consecução prática do projeto/política de acolhimento têm a dizer sobre suas experiências. Entendendo que a cada contexto corresponde uma ação, gostaria de sublinhar como os cuidadores sociais efetivam suas ações no contexto específico da instituição, bem como entender as maneiras pelas quais eles dão sentido ao exercício de implantação de ‘direitos’ e ‘cidadania’ e o modo como esses direitos são implementados e concebidos.

A análise da casa-lar propicia entender esses ‘direitos’ em sua dimensão cotidiana – desvendando saberes, concepções e ideais que motivam os agentes executores do programa.

Capítulo 1.Introdução

Este texto pretende discutir a minha experiência como ‘cuidadora social’ atuando e sendo socializada como profissional numa instituição de acolhimento social no intuito de tornar essas reflexões inteligíveis e contribuir para o debate acerca das políticas de proteção à infância e juventude.

Há boas razões para se estudar as políticas protetivas ligadas à infância e juventude, em especial, a política de abrigamento - hoje chamada de medida de acolhimento institucional.

Quando nos referimos a um abrigo para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, estamos nos referindo a um espaço marcado por histórias e biografias, em geral, desconfortáveis.

As instituições de acolhimento abrigam crianças e adolescentes que tiveram seus direitos básicos violados e que estão com seus laços familiares e comunitários completamente esfacelados, daí a necessidade de intervenção do Estado para restabelecer vínculos e cessar a violação de direitos. Quando a rede é acionada, essas instituições assumem papel estratégico no que tange a proteção e cuidado dessas crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) direciona os princípios do acolhimento institucional ditando que quando este se mostra necessário deve se estabelecer de forma aberta e 'produzir' indivíduos cidadãos. O ECA caracteriza as instituições de acolhimento como medida protetiva excepcional e provisória, mas a realidade é outra, e esse espaço que deveria ser temporário acaba, muitas vezes, por abrigar crianças e adolescentes até sua maioridade – o que se torna perigoso porque ao perder seu caráter temporário essa instituição passa a ser responsável pela construção e constituição da subjetividade de seus acolhidos.

Em função dos problemas na rede de atendimento: falta de comunicação entre as instituições, baixo número de profissionais especializados, falta de integração das políticas sociais existentes, existência de ações pontuais e fragmentadas, o não cumprimento dos princípios do ECA e a insegurança das famílias (que se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigamento ou reintegração de seus próprios filhos), se configura o que pode ser chamado de “violência institucional” e um espaço de reparação de direitos passa ser produtor de violação.

A realidade dessas instituições nos tira de nossa zona de conforto e nos leva a entrar em contato com muitos de nossos medos, angústias e com nossa ‘culpa social’. Foram essas inquietações que me instigaram a realizar a pesquisa e aprofundar meus questionamentos sobre essa realidade institucional.

Enquanto um espaço-social que engloba um conjunto de particularidades na sociabilidade de seus sujeitos, o estudo de abrigos demanda a identificação e contextualização de discursos e práticas específicos a fim de se compreender as conexões e relacionamentos entre diferentes sujeitos sociais na ação e produção de sua rede de significados.

Para se entender o contexto estudado deve-se levar em conta que a realidade das instituições de acolhimento no Brasil tem relação direta com a questão/situação econômica, política e social do país.

Parto do pressuposto de que o Estado brasileiro, marcado por desigualdades sociais que resultam em miséria para uma vasta maioria da população, corrobora com a proliferação de fatores que geram problemas de violência doméstica ou impulsionam a desagregação familiar e empurram as famílias para dentro da categoria de ‘desestruturadas’.

A violação de direitos é tragédia anunciada dentro da dinâmica de violências/faltas/ omissões promovidas pelo próprio sistema, que torna famílias inteiras vítimas de uma realidade social envolvente.

O adolescente marginalizado é fruto de um estado de injustiça social crônico e estrutural e, de fato, a solução mais profunda e duradoura para essa questão passa por políticas econômicas que promovam uma distribuição mais equitativa de renda e que rompam com os ciclos de miséria das famílias brasileiras.

É possível constatar que as instituições de abrigo fazem parte da rede de apoio de muitas famílias brasileiras há décadas, principalmente em decorrência de problemas sociais associados à situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no Brasil. Levar em conta esses aspectos implica em trazer a luz uma vasta maioria da população que além de não ser alcançada pelas políticas, passa a sofrer um processo de estigmatização e exclusão.

No artigo intitulado *Os direitos dos mais e menos humanos* Beniseca e Cardarello (2009) discutem efeitos (inesperados) desencadeados pelas legislações e pelas políticas públicas que determinam frentes discursivas garantidoras de direitos e que passam a produzir quem merece ou não ser contemplado por eles, nas palavras das autoras, ‘quem é mais ou quem é menos humano’

Elas afirmam que essas frentes discursivas investem na construção social de certas categorias (ex. ‘as crianças’) como mais merecedoras de direitos que outras e se perguntam o que acontece com aqueles que não são ‘rebatizados’. Ao longo do texto, se debruçando sobre a constituição da personagem ‘criança cidadã’, as autoras demonstram que houve uma mudança no campo semântico das categorias que motivavam a medida de acolhimento, sublinhando o poder instituidor de palavras que passam a ser embaladas por um conteúdo moral e empregadas ‘para classificar comportamentos e, por extensão, as pessoas que passam pelo sistema institucional.’ (2009:228). Elas sublinham que circunstâncias determinantes para o acolhimento de crianças e adolescentes antes classificadas como ‘problema socioeconômico’ estão, hoje, sendo chamadas de ‘negligência’.

Conforme as autoras sugerem, o que parece ter modificado é o nome das coisas e não a realidade de fato já que isso não representou uma mudança nas práticas das famílias com relação aos filhos, mas sim, que aspectos antes considerados pelos técnicos como decorrente da situação socioeconômica, passaram a ser ‘moralizados’ e dirigidos aos pais e/ou responsáveis pela criança.

“A passagem do “problema socioeconômico” para a “negligência” revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e de sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como “mendicância”, “maus tratos”, “desintegração familiar” e “doenças do menor” eram decorrência direta de “problemas socioeconômicos”, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, não se organiza.” (2009:242).

A maior parte das crianças hoje abrigadas é proveniente das camadas de mais baixa renda da sociedade. Nesse sentido, convém problematizar se o que se tem por risco social pode estar ligado ao não encaixe de certos arranjos familiares no modelo padrão e assim, princípios contraditórios se instalam. Se, por um lado, o ECA “garante a crianças e adolescentes o direito de “ser criado e educado no seio de sua própria

família” (art.19), por outro, devem também ser assegurados seus direitos referentes ao acesso à saúde, educação, alimentação, lazer e esporte, entre outros (art.46). Em um país como o Brasil, como exigir que as famílias pobres ofereçam tudo isto a seus filhos?... é a família “negligente” por não garantir o bem-estar de seus filhos? Ou “negligente” é o Estado?” (2009:239)

1.2 O ECA e o histórico das Políticas de Proteção à Infância.

A atuação do Estado Brasileiro na atenção à infância e juventude em risco se deu de maneira lenta e gradativa. Por muito tempo o Estado se absteve de assistir esse segmento da população, deixando essa responsabilidade a cargo de instituições religiosas e filantrópicas preocupadas tão somente com a formação religiosa dos internos em detrimento de projetos pedagógicos ou educacionais.

No Brasil colônia, o abandono de crianças era uma prática encontrada entre índios, brancos e negros. Del Priore (2004) afirma que o abandono de bebês, a vida em abrigos e violências cotidianas (abusos sexuais e físicos, por exemplo) foram características da infância no Brasil por mais de três séculos. Com o advento da República, ensaiou-se uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de várias formas a imagem da criança como herdeira do novo regime que se estabelecia. A partir da primeira metade do século 20, se deu ênfase num discurso médico-legal com forte interferência de especialistas na esfera da família e da infância e baseado em princípios higienistas e/ou repressivos. O código de menores de 1927 oficializou o intervencionismo dando poderes às autoridades competentes de vistoriar casas e instituições onde habitassem 'menores' (Silva, 2004: 291) Nessa época os menores eram vistos como um problema de segurança nacional, sendo considerados irregulares e levados para instituições de segregação, na ausência total do conceito de direitos fundamentais ou de proteção integral da infância.

Quando o Estado tomou para si o controle sobre a ação não-governamental, a demanda por um atendimento especializado deu origem a entidades que se caracterizavam pelas condições de isolamento impostas às crianças e aos adolescentes sob sua guarda “pois se organizavam segundo o modelo de instituições ditas “totais”, nas quais a maior parte das atividades eram realizadas dentro do próprio abrigo, tais como atenção à saúde, educação, profissionalização e atividades de cultura e lazer. As crianças e os adolescentes afastados de seus familiares viviam em espaços com

regulamentos difusos, hierarquia rígida e funcionários que, de maneira geral, se classificavam apenas como “agressores” ou “protetores”” (Silva e Mello, 2004:102.) Essas instituições eram guiadas pelo princípio da vigilância e rigidez institucional exercendo controle meticuloso sobre os internos.

A mudança no rumo das políticas sociais para jovens em situação de risco foi expressiva nas últimas décadas. Nos anos 70 e 80, a tradição cultural de acolhimento dava ênfase na institucionalização desses jovens e recebeu severas críticas, como demonstram Rizzini e Rizzini (2004). Segundo as autoras, a institucionalização era considerada uma das estratégias possíveis para a educação de crianças e adolescentes, sendo extremamente demandada pelos pais e responsáveis, tornando-se uma real alternativa para o cuidado e educação da infância e juventude pobres. Fonseca (2005 vide Schuch) também destaca que essa era uma manobra política dos adultos para não perder a autoridade legal e moral sobre a criança. Essas práticas estendiam-se por todo território nacional e em poucos anos houve uma completa saturação do sistema de internação

Seguiu-se, então, a cultura da adoção que preconizava a ruptura total dos vínculos com as famílias de origem, mas que esbarrava no conflito entre a expectativa dos potenciais pais adotantes e o perfil das crianças ‘disponíveis’. O privilégio a adoção nesse período foi embalado pela valorização e privatização da família como lócus preferencial do cuidado e produção de sujeitos sociais plenos, mas também serviu a um discurso controvertido que advogava a adoção de crianças pobres como solução da miséria.

No Brasil atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA¹ - integra o processo de disseminação global dos chamados ‘direitos da criança’ e simboliza a nova concepção que passa a nortear o campo de ação das políticas infanto-juvenis, visando o enquadramento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, vislumbrando-os como cidadãos capazes de contrair deveres e obrigações - bem como de usufruir de direitos, além de ampliar a participação da família e da comunidade nas políticas de atenção a esse segmento da população.

A promulgação do ECA (1990) trouxe uma reconfiguração de linguagens, de estruturas e de modos de se pensar a infância e juventude. O Estatuto é produto de um

¹ O Eca substitui o II Código de Menores de 1979, considerado por ativistas e analistas como estigmatizantes da infância e juventude pobres, posto que centrava suas diretrizes na direção das crianças e adolescentes oriundos de classes menos favorecidas da sociedade brasileira.

conjunto de dinâmicas sociais que pautam a produção de sujeitos. A partir de uma política de descentralização do atendimento, o ECA regulamenta as medidas de proteção especial e consolida um conjunto de práticas de atenção às crianças e adolescentes considerados em vulnerabilidade social. O mesmo insere esse segmento como ‘prioridade absoluta’ no conjunto das políticas e concentrando o atendimento na convivência familiar.

Ao se debruçar sobre os processos históricos que ocorreram no Brasil a partir do século 20, Schuch (2004) explora as noções privilegiadas que informaram práticas e discursos sobre a infância e juventude ao longo desse século. Ao invés de sugerir uma visão normativa do assunto, o texto sugere que a formação desse grupo como alvo de políticas específicas realizou-se envolvendo lutas de perspectivas entre diversos agentes, disputas políticas entre enunciados, entre outros.

No Brasil, três modos distintos de intervenção a esse grupo expressaram formas distintas de constituir e conceitualizar o atendimento, bem como o atendido - ora visto como objeto ora como sujeito. São eles: o higiênico-sanitarista, o modernista-desenvolvimentista, o da linguagem do ‘sujeito de direitos’.

Num primeiro momento, a preocupação com a delinquência e a insegurança pública tornou as crianças e os jovens objetos de problematização social e angariou atenção de diferentes agentes para questões ligadas ao ‘governo das populações’. O ‘alvo prático’ da intervenção era aquele definido como em situação de menoridade: o menor – personagem social marcado por sua situação de subordinação social e pobreza. Foi criado todo um aparato jurídico-médico para a produção de uma população sadia e civilizada. De fato, a população carente brasileira foi e ainda é objeto de esforços classificatórios e civilizatórios, assim como, alvo de reformas populacionais com fins de manutenção de *status quo* e saneamento moral da sociedade.

A segunda abordagem se configurou na época de repressão política com ações desenvolvimentistas do Estado. A reflexão sobre melhores estruturas estatais e a conceitualização do sujeito da intervenção como sujeito de necessidades abriu portas para a ‘política nacional do bem estar do menor’, com o Estado tomando para si a função de iluminar a massa de atrasados e irregulares da sociedade e apostando na centralização das políticas.

No terceiro modelo, vigente nos dias de hoje, o sujeito de intervenção (antes visto como sujeito de necessidades) passa a ser encarado como sujeito de escolhas, investindo-se na produção do ‘sujeito de direitos’. Passa a vigorar o ‘paradigma da proteção integral’ angariando uma multiplicidade de agentes que passam a ser responsabilizados pela gestão da infância.

Após a implementação do ECA (1990), as crianças e adolescentes passaram de objetos de tutela a sujeitos de direitos e deveres. Além disso, o Estatuto preconiza, entre outras determinações, a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, a valorização do papel da família, das ações locais e das parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo.

Apesar dos inúmeros progressos em relação aos aparatos legais, Schuch sugere que a construção do personagem ‘sujeito de direitos’ implica numa série de ambigüidades e contradições em relação à infância e juventude não-hegemônicas brasileiras na medida em que concomitantemente à ideologia de uma ‘infância universal’ se segue um refinamento das categorias de classificação e especificação dessas crianças e adolescentes.

‘Ser’ criança, bem como ‘ser’ adolescente, é uma construção social determinada por fatores políticos, econômicos e culturais. A lei infere uma noção de infância hegemônica - definida pela inocência e necessidade de proteção – que esbarra na prática social entrecortada e definida por desigualdades de classe, cor e etnia.

A autora sustenta que, com a promulgação do ECA, houve o refinamento das categorias classificatórias que especificam e hierarquizam os jovens atendidos pela rede. ‘A mudança de leis implica numa mudança de categorias de classificação’ (Cardarello e Fonseca, 2009:229). Ao assumir esse processo que classifica os ‘tipos humanos’ (nada inédito na história da gestão infanto-juvenil) a lei insere uma ambigüidade nos discursos direcionados a esse grupo, uma vez que a retórica universalista dos direitos humanos - que inspira o aparato legal - privilegia a ideologia de uma espécie de ‘infância universal’.

Na prática, nota-se que a ambigüidade se instala quando se tenta inserir essa retórica universalista em relação à infância e juventude não hegemônicas e que “pouco contribui para a compreensão do mundo e dos valores dessas ‘outras’ crianças.” (Cardarello e Fonseca, 2009:247)

O estudo de uma instituição de acolhimento implica em olhar e entender essas ‘outras’ crianças e como elas se inserem na criação e procriação de um modo de vida hegemônico e entendido como “correto”, “sadio”.

Capítulo 2. O Abrigo

Tendo em vista o postulado metodológico da antropologia contemporânea de contextualizar discursos e práticas, este primeiro momento do trabalho pretende mostrar qual é a situação atual da UNAC, quais as metas estabelecidas em lei para o reordenamento das instituições de acolhimento - nas quais o abrigo deve se enquadrar - e qual a percepção da categoria dos cuidadores sociais frente a essa conjuntura.

O trabalho foi desenvolvido na UNAC – Unidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, instituição pública de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social² caracterizada como Unidade de Alta Complexidade (UAC)³. A UNAC tinha sua sede central em Taguatinga Norte e mais quatro unidades descentralizadas em cidades satélites de Brasília/DF, com capacidade para abrigar, em média, um total de 80 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre zero e dezoito anos incompletos.

As UAC's têm como função garantir proteção integral – moradia, alimentação, higienização - para famílias e indivíduos que se encontram “sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário e tem como alvo as situações nas quais houve rompimento de vínculos familiares”⁴.

De acordo com a versão preliminar do Projeto Político Pedagógico (PPP)⁵ da instituição, a unidade “atende crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino,

² A noção de ‘risco social’ busca caracterizar a condição em que se encontram os cidadãos cujos direitos assegurados pela lei se encontram, por alguma razão, ameaçados – indicando uma situação de fragilidade e vulnerabilidades que as inserem em situações de risco.

³ Esta Unidade faz parte do serviço de Proteção Social Especial (PSE) vinculado a Gerencia de Alta Complexidade (GAC) da Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS) que por sua vez é responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Transferência de Renda (SEDEST) e que, por sua vez, é o órgão responsável pela gestão da Política Pública de Assistência Social no Distrito Federal. As Unidades de Alta Complexidade da Secretaria são: Abrigo Reencontro (ABRIRE), Casa de Passagem Feminina (Casa Flor), Casa de Passagem Adulto (Casa da Migração), Albergue Conviver (Albercon), Casa de Passagem Adolescente (Giração).

⁴ Informações colhidas no site da SEDEST.

⁵ O PPP - Projeto Político Pedagógico foi gentilmente cedido, em sua versão preliminar, pela Coordenação do Abrigo Reencontro para atender aos fins dessa pesquisa. O PPP cumpre o objetivo de organizar metodologicamente o serviço de acolhimento institucional no Abrigo Reencontro, e ainda segue sendo elaborado.

com deficiência ou não, sorospositivo ou não, egresso ou não de medidas socioeducativas, drogaditas ou não, além da demanda reprimida e excedente ou não das unidades de abrigamento conveniadas, sendo a “única unidade de acolhimento para crianças e adolescentes no DF a oferecer atendimento a qualquer criança e adolescente que dele necessite, sem estabelecimento de perfis, faixa etária, tipificação comportamental ou outra modalidade de segregação.”

A instituição trabalha com o modelo de casas-lares, tendo três operando em sua unidade central (Bela Infância, Magia dos Sonhos e Casa Laranja) ⁶ e mais quatro espalhadas por regiões do Distrito Federal (Gama, Guará, “M” Norte e Recanto das Emas). As casas-lar ⁷ são unidades de pequeno porte, instaladas na unidade central do Abrigo e em espaços residenciais, têm rotina definida e funcionam sob a responsabilidade de cuidadores sociais. Tem por objetivo servir de ‘lar provisório’ a crianças e adolescentes que necessitem de espaço protetivo e, por isso, deve ser o mais semelhante possível com uma residência ‘comum’, para que se “sintam realmente na condição de convívio familiar” (art.6º, inciso III do Decreto 29.284/ 2008).

O acolhimento dessas crianças se dá por medida judicial expedida pela Vara da Infância e Juventude ou pela intervenção do Conselho Tutelar em casos de abandono, abusos ou quando constatado que foram vítimas de maus tratos, negligência, violência (sexual, física, emocional), impossibilidade de convivência familiar, cumprimento de medidas protetivas, drogadição, entre outras violações de direitos (encaminhamentos de urgência também podem ser realizados pela Polícia).

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, o ambiente institucional pretende-se menos fechado, menos ameaçador e passa por um processo de atualização. Dessa forma, as instituições de acolhimento estão sendo requeridas a promover mudanças em sua infra-estrutura e na sua dinâmica de atuação.

A fundação do abrigo data de 14 de junho de 1971. Na época, o atendimento pautava-se no Código de Menores e a instituição tinha o nome de CRT – Centro de

⁶ Na unidade central, o modelo de instituição é conhecido como aldeia: que agrega várias casas-lar em um mesmo terreno.

⁷ Como determina o decreto nº. 29.284 de 21 de Julho de 2008.

Referência e Triagem⁸. O CRT era responsável pelo acolhimento e triagem de crianças de 0 a 12 anos do sexo masculino e crianças e adolescentes de 0 a 18 incompletos do sexo feminino, nos moldes de uma instituição total.

Durante a estada na unidade - que possuía caráter provisório - as crianças e adolescentes abrigados permaneciam em privação de liberdade. Por conta disso, muitos mecanismos de prevenção a fugas eram forjados, mas não impediam que eles se ‘perdessem’ ou ‘sumissem’⁹ da unidade (lembrando que a mobilidade geográfica é, para muitos meninos, uma maneira tradicional para lidar com situações de conflito dentro e fora da instituição) Além disso, muitos não se adaptavam à alternativa institucional e a própria idéia de acolhimento não lhes agradava, restando-lhes a rua como alternativa¹⁰. A instituição, hoje, não priva a liberdade de ir e vir dos adolescentes, mas busca ter conhecimento acerca da rotina dos mesmos e almeja que os diversos aspectos da vida dos adolescentes sejam respeitados em sua integralidade.

Desde essa época até os dias atuais o quadro de funcionários do abrigo passou por várias transformações. Inicialmente as casas-lares eram comandadas pelas “mães sociais”, que davam assistência e apoio de ordem social às crianças e aos adolescentes; o plano de ação determinava a separação do atendimento por faixa etária para cuidar devidamente das necessidades e comportamentos particulares a cada grupo. Os recursos humanos à época eram compostos em sua maioria de funcionários oriundos do convênio com a congregação religiosa “Nossa Senhora de Fátima”.

⁸ A triagem consiste no estudo do caso e na análise da situação de cada criança e adolescente realizando-se um pré-diagnóstico a fim de recolocá-lo em sua família original após a tomada das medidas necessárias ou encaminhá-lo para uma família substituta ou para outra instituição conveniada.

⁹ “Nenhuma criança ou adolescente “se perde mais” dentro do abrigo (...). Nenhuma criança ou adolescente “some” mais do abrigo”. Essas informações foram retiradas da versão preliminar do projeto político pedagógico da instituição e se contextualizam devido as dimensões espaciais da unidade que contribui para que não se saiba exatamente aonde estão os acolhidos e daí o termo ‘se perder’, já os sumiços são aqueles que posteriormente são confirmados como evasão.

¹⁰ Essa indisposição contribuiu para formação de um público não alcançado nem pelas famílias nem pelas instituições, devido a seu forte vínculo com a rua. Esse público era formado principalmente por adolescentes (12 a 18 anos incompletos) do sexo masculino que por serem considerados suscetíveis à vivência de rua e inalcançáveis pelas intervenções técnicas e/ou institucionais passaram a não ser atendidos pelo abrigo, e sim por uma espécie de casa de passagem (o CRT-II, localizada no Setor “M” Norte) composta de adolescentes moradores de rua encaminhados somente para pernoite, sem medida de acolhimento, e que ao amanhecer saíam novamente para as ruas.

Em 2007, o abrigo foi rebatizado tornando-se Abrigo Reencontro – ABRIRE. Podemos notar que a mudança de nome reflete uma mudança na metodologia e nas condições de atendimento. Em 2011, a instituição passa novamente por uma reestruturação, atendendo agora pelo nome de UNAC e realizando definitivamente a operacionalização do sistema de acolhimento na modalidade única e exclusiva de casas-lar descentralizadas.

A equipe da UNAC é atualmente formada por uma multiplicidade de agentes e saberes, com funções mais ou menos determinadas e ‘estilos profissionais’ diferentes¹¹. Na unidade há uma especialização das funções com cada equipe consolidada em sua área de atuação: equipe de técnicos (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos), equipe de cuidadores/educadores e equipe administrativa/gerencial.

A unidade precisou passar por uma reformulação em seu espaço - rompendo com padrões totalitários e adotando o conceito de núcleos reduzidos, com maior inserção nas comunidades. Necessitou também realizar um re-ordenamento de sua dinâmica operacional para que as intervenções com a família, com a rede de proteção e com as crianças e adolescentes fossem re-significadas.¹²

O atendimento técnico da criança ou adolescente que chega à instituição é orientado por três princípios: acolhimento, acompanhamento e desligamento. A unidade, portanto, tem a obrigação de acolher e acompanhar o indivíduo encaminhado, bem como promover e articular as condições necessárias ao seu desligamento da instituição.

O aparato físico foi reformulado para permitir o acolhimento de, no máximo, oitenta crianças e adolescentes em espaços que abrigariam até 12 pessoas por casa. Foram projetadas seis casas-lares na sede do abrigo, cujos nomes foram escolhidos pelas próprias crianças e adolescentes que lá estavam na época. A votação elegeu os seguintes nomes: Casa dos Encantos, Casa da Bela Infância, Casa da Revelação, Casa da Magia dos Sonhos, Casa do Bem Querer e Casa Laranja.

¹¹ Há profissionais que possuem relacionamento melhor com as crianças e os adolescentes, há aqueles que possuem maior articulação na rede de acolhimento, por exemplo. Patrice Schuch, em *Práticas de Justiça*, capítulo 6, aproxima estilos profissionais ao conceito de estilos de vida proposto por Bourdieu (1983) “cunhado para fazer aparecer os modos particulares em que as pessoas vivenciam o mundo e se distinguem das demais, de acordo com seus pertencimentos sociais.”

¹² Projeto ainda em vias de ser plenamente executado.

Das sete casas construídas na sede, apenas quatro ainda funcionavam no período da pesquisa¹³ e elas não recebiam crianças (0 a 12 anos). Essa medida foi tomada em função de uma série de denúncias em 2009 sobre as condições do ABRIRE, situação que deu origem a uma Audiência Pública ocorrida em 07 de Outubro de 2009 na Câmara Legislativa do DF. A CLDF então criou uma comissão especial para mapeamento das condições de funcionamento do ABRIRE que elaborou um relatório propondo soluções e determinou o recolhimento de todas as crianças (0-12 anos) da sede do abrigo com encaminhamento para as casas descentralizadas ou abrigos da rede conveniada, por considerar o ambiente do abrigo central insalubre, com condições precárias e inapropriado ao desenvolvimento saudável destas. “Quase todas as portas e janelas estão quebradas, banheiros sem divisórias, ratos passeiam livremente, os materiais de higiene são escassos e a comida é de péssima qualidade, sendo fornecida por uma empresa terceirizada. Essa situação tem deixando as crianças e adolescentes em situação vulnerável, além de não atender os requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, disse a deputada Érika Kokay durante a Audiência.

Esses fatos tornaram o funcionamento da sede demasiadamente distinto do funcionamento das casas descentralizadas, seja pela caracterização de seu público, seja pela própria rotina institucional.

A vizinhança do Abrigo central não era, digamos assim, das mais amigáveis, (apesar de ser vizinho do chamado Sistema ‘S’ (SESI, SENAI) que propicia importantes convênios e parcerias). O abrigo era rodeado por madeiras onde os adolescentes compravam ‘cola’ e as meninas (principalmente, mas não unicamente) faziam programas sexuais com os funcionários dos estabelecimentos; existiam bocas de fumo espalhadas por toda a região e praticamente todos os adolescentes tinham/ têm dívidas com drogas.

“Principalmente na vizinhança da unidade central, diversos adolescentes do ABRIRE realizam furtos e roubos, traficam drogas e mendigam. Há também diversos relatos de meninas e meninos que se prostituem (Amgã, 2011:58).

¹³ Em 2009, os adolescentes atearam fogo em duas casas, sendo que só uma foi revitalizada e ativada e que funcionava, até pouco tempo, somente para o per noite de adolescentes até que estes sejam inseridos ou encaminhados a uma casa mais apropriada as suas necessidades. Atualmente, com o novo reordenamento o abrigo central foi fechado e os adolescentes foram remanejados entre as demais casas-lares descentralizadas e a casa de passagem Giração.

Perto do local também existiam pontos fixos de moradores de rua para onde os adolescentes constantemente evadiam para, entre outras coisas, estabelecer trocas com alguns moradores (lanches e comidas da unidade por drogas). Por fim, o abrigo fazia fronteira com o Parque JK (antigo Parque do Cortado), que é uma reserva ambiental bem no centro de Taguatinga, completamente sem infra-estrutura, aonde os meninos constantemente vão para se drogar ou manter relações sexuais (consentidas e não consentidas)¹⁴. Como nos mostra Aragão (2011): “A vasta área verde, aliada à baixa estatura da cerca, faz com que o fluxo dos adolescentes fuja ao controle da instituição, permitindo que o vínculo com a rua seja mantido ou até mesmo construído. É importante frisar que a baixa estatura da cerca se deve ao fato do acolhimento ser uma medida de proteção e não de privação da liberdade. Sendo assim, construir muros altos caracterizaria uma espécie de internação, fugindo do padrão de um ambiente comum, familiar.” (Aragão, 2011: 42)

Pudemos perceber na Unidade central que efetivamente existia uma relação entre os adolescentes e a comunidade adjacente, porém a relação carecia de qualidade e propiciava à drogadição e prostituição dos internos, assim como todo tipo de violação de direito. Aragão afirma que “... Diariamente são registradas diversas evasões¹⁵ através do cercado e, como há diversos pontos de tráfico de drogas ao redor do abrigo, freqüentemente os adolescentes que evadem retornam apresentando sinais do consumo de drogas ou até mesmo portando-as. Além disso, na rua, os adolescentes fazem dívidas e são ameaçados de morte, além de realizarem alguns delitos como roubos e furtos. Esses fatores fazem com que o jovem tenha que se municiar para armar uma retaguarda. Assim, são freqüentes as apreensões de armas brancas nos domínios da sede do abrigo (há também relatos de apreensões de armas de fogo)”, (Aragão, 2011:42)

Embora muito tenha se evoluído desde a Audiência Pública supracitada (vide

¹⁴ É comum os novatos serem levados para o local, sofrerem abusos e violências e posteriormente serem ameaçados ou constrangidos.

¹⁵ Evasão se refere a toda saída da instituição sem autorização. Quando fui convocada conversei com uma menina que havia sido convocada junto comigo, ela tinha ido ao abrigo por conta própria e me passou algumas informações e curiosidades sobre o trabalho lá, entre elas, de que “Sempre que houver uma evacuação devemos comunicar”, ao passo que perguntei “Como assim? Quando eles forem ao banheiro?” Ela começou a rir disse “Não! Evasão!” e então rimos juntas. Podemos perceber que evasão é um termo nativo e corriqueiro no discurso dos que trabalham nesse tipo de instituição.

pág. 15), é evidente que a unidade ainda apresenta condições precárias que submetem as crianças, os adolescentes e os próprios funcionários. Ao se questionar, por exemplo, sobre o nível de periculosidade da clientela atual do Abrigo central um servidor diz: “Como pode o Caje ou a Policia chegar com o menino contido, algemado, e despejar o adolescente no abrigo, quase como quem diz ‘agora é seu, se vira’. Qual é o limiar que permite que num momento o adolescente precise de contenção por meio de algemas para um segundo depois o instrumento se tornar desnecessário?

Parte dessa questão pode ser respondida se levarmos em conta a relação contraditória entre assistência e repressão sempre marcante nas políticas de intervenção à infância e juventude no Brasil e que passa a ser re-dimensionada nas orientações políticas de atendimento. Antes do ECA, não havia separação entre menores abandonados e infratores, todos sendo englobados na categoria ‘menor em situação irregular’. Com o advento do Estatuto, passa a vigorar outra vez a diferença entre o abrigo para cumprimento de medida sócio-educativa e aquele resultante de afastamento da família biológica.

Os processos de especialização do atendimento às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, sujeitos a medidas de **proteção especial**, são diferenciados daqueles que se referem às crianças e adolescentes autores de atos infracionais, sujeitos a medidas sócio-educativas.

Esse fato coloca em perspectiva a categoria de crianças e adolescentes ‘em perigo’ *versus* crianças e adolescentes ‘perigosos’ – e a subsequente distinção dos jovens acolhidos entre jovens abrigados e jovens infratores e dos programas a eles dirigidos.

As categorias de classificação e especificação dessa infância e adolescência não-hegemônica demarcam os limites entre a parcela do grupo que necessita de proteção (os ‘em perigo’ com demanda de assistência) daquela que necessita de ordem (os perigosos com demanda de repressão). Podemos falar também daqueles ‘mais humanos’ ou ‘menos humanos’, na linguagem de Fonseca e Cardarello (2009).

Schuch (2009) destaca que os programas e estratégias para o atendimento estão permeados de certa instabilidade institucional e discursiva, posto que a atual conjuntura demanda o reforço da segurança nas unidades de acolhimento, fazendo com que os discursos de re-inserção social com a manutenção dos vínculos comunitários e familiares (preconizados pelo ECA) dêem espaço a uma ênfase na 'ordem e defesa social', estabelecendo uma espécie de paradigma de controle social.¹⁶

A autora indaga: “Esse contexto ambíguo traz uma questão importante ao debate: como interpretar esses dois fenômenos aparentemente paradoxais, a promulgação de uma legislação avançada de direitos e o incremento do encarceramento juvenil?” (Schuch, 2009: 130) e acrescenta: do recrudescimento da noção de periculosidade juvenil?

È partindo desse contexto que hoje o abrigo caminha para descentralização da unidade, instituindo-se uma tensão entre o que as normativas idealizam e o que os servidores intuem na prática. A opinião dos servidores é substantiada pelas constantes adversidades presentes no cotidiano do trabalho, que incluem a falta de metodologia da remodelagem do serviço, de segurança e de estrutura, embora seja constantemente desconsiderada em procedimentos que “vem de cima para baixo, como num rolo compressor que não tem como segurar” (fala de um cuidador social)

Em 29/06/2011, por exemplo, aconteceu uma reunião no Abrire marcada previamente para se discutir assuntos internos que contou com a presença de diversas categorias da instituição, entre elas, agentes, cuidadores, auxiliares, técnicos e coordenação. A reunião, que tinha o intuito de discorrer sobre assuntos prementes da unidade, estava imbuída, porém, de um tom particular, dado em razão do "acontecimento da semana". Um jovem abrigado foi encontrado morto em uma das casas desativadas da instituição. Causa provável da morte: inalação abusiva e contínua de solvente químico, conhecido como thinner.

Apesar da fatalidade ocorrida, não é possível afirmar que o que aconteceu causou alguma surpresa entre os servidores da casa. "Era uma tragédia anunciada, ainda é", "Aconteceu com um adolescente, amanhã pode acontecer com outro", "Hoje quem morreu foi um acolhido, mas todos os presentes aqui sabem que poderia facilmente ter sido um servidor" foram falas regulares durante a reunião e pelos

¹⁶ A idéia de que a repressão é recurso eficaz para diminuição da violência é sustentada tanto pelo imaginário nacional quanto pelos interesses e oportunismos mediáticos e/ou políticos.

corredores do Abrigo.

“Como dar conta da situação limite em que o abrigo se encontra?” “Abrigo esta doente”. Essas falas, também proferidas em reunião, se referem ao fato de na unidade central 100% dos adolescentes serem usuários de drogas. O desafio principal da instituição hoje é o de como aplicar e fazer valer as demais políticas: educativas, socioeducativas, protetivas etc., em um indivíduo doente, que precisa de clínica, de reabilitação, de saúde. Um cuidador até chegou a dizer durante a reunião: “Nenhuma política social consegue alcançar um sujeito que está drogado.”

Entendendo o avanço que representa o modelo de atendimento na modalidade casa-lar, os servidores não se furtam das defasagens que esse sistema também representaria no trato de adolescentes em situação de drogadição ou articulados e comprometidos com redes de tráfico. Seriam as casas descentralizadas um bonito cenário que esconde a falta de metodologia e fraturas da rede de atendimento como um todo? Nesse contexto, diante de uma situação de adversidade (que não relato extensivamente aqui, posto que poderia ser qualquer uma), uma cuidadora indagou ‘Como podem alguns fazerem um projeto tão maravilhoso e agora não darem conta da demanda? Quando perguntei a técnica qual seria a nova metodologia do atendimento ela me respondeu que estão pensando...’ Situações como essas impõem um certo tom ‘de limite’ ao trabalho que passa a ser prestado. ‘Tem cuidadores aqui que estão no limite porque não foram preparados adequadamente lá no início, que estão mais no esforço, na vontade, no conhecimento pessoal do que é educação, do que é ‘bem educar’, será que o cuidador hoje tá bem atendido? Todos os servidores estão bem atendidos para realizar seu trabalho? Nós também precisamos de dignidade, de direitos, de necessidade.’

O ‘perfil’ dos adolescentes que a instituição abriga dá pistas da necessidade de se diferenciar as formas de atendimento. Devido ao fato de serem os adolescentes com um ‘perfil mais estigmatizado’, é comum entre os funcionários a seguinte conclusão se a ‘família e a sociedade não deram conta eles jogam pro Estado... E se esse não deu conta: vem pro Abrigo!

Geralmente são adolescentes com sérios problemas familiares, que apresentam uso abusivo de drogas, uso de medicamentos controlados, histórico de prostituição, prática de atos infracionais e evasões constantes. Parte desses jovens é egressa do CAJE ou foi encaminhada de outros abrigos por conta de ‘comportamentos problemáticos’, que podem ser desde uma violência praticada contra cuidador ou mãe social até comportamentos libidinosos com outros acolhidos, a título de exemplo.

Dentro desse contexto a demanda maior dos servidores é por segurança: “a insegurança já existe nas casas descentralizadas. Perfil? Ok, a gente não pode discutir é um abrigo público, tem que atender o menino que chega, mas não tem segurança na casa, isso é fato! A gente não tem como impedir o menino de ser atendido, claro. Mas tem como exigir segurança!”

Penso que a demanda por segurança é uma saída politicamente correta acionada pelos servidores para trazer a discussão sobre a normatização/classificação do perfil dos jovens atendidos e que a priori não deveria servir a estigmatizações ou formas de controle.

“No fundo nenhum servidor é contra a descentralização. Todos os que estão aqui se dão conta dos avanços enormes proporcionados pela descentralização, principalmente para as crianças que ficavam aqui junto com adolescentes em condição de drogadição, ficavam aqui no meio perambulando e às vezes eram utilizadas pelos adolescentes para ir atrás de pegar droga. Isso foi fato, não foi ninguém que me contou. E quando nós vimos essas crianças indo para as casas descentralizadas a gente viu que pra elas fez uma grande diferença, assim como fez diferença também e esta fazendo para alguns adolescentes que chegam e não tem vínculo com a rua ou que por algum motivo já conseguiram sair. Temos casos de sucesso, temos!

Mas existe uma outra forma de ver a situação. Por exemplo, os adolescentes que estão hoje dentro do abrigo quando eles estão em conflito... aqui agente ainda consegue separar, mas e dentro de uma casa? Vai quebrar tudo? E quanto a responsabilização do cuidador? Nós tivemos recentemente dois casos de fogo na casa e a primeira pergunta que me fizeram não foi assim: teve vítima? A primeira pergunta que fizeram foi: e onde estavam os cuidadores da casa que não viram que tacaram fogo? A gente tava lá dentro! Lá dentro e agente... eu vi, e poderia ter sido uma coisa muito pior porque não era só um colchão que estava sendo queimado, era um rapaz que estava querendo entrar para matar outro aqui dentro. Então assim, não foi apenas um fogueiro causado pela adolescente porque "ela humorada", foi um situação organizada para despistar a outra situação, pra esse rapaz entrar e sabe deus lá o que iria acontecer porque quem entrar aqui para matar um, não vai matar um não, vai quem tiver na frente.

O que me preocupa a nível de descentralização é a partir do momento que a gente leva essa situação de conflito para a sociedade, o risco não é de servidor ou do adolescente protegido é também de todo resto. e se um rapaz que tiver em conflito com outro dentro do abrigo for lá, não é aquela situação ali dentro da instituição que tá em risco é toda aquela área, são todas as pessoas que moram ali. E aí? Como é que vai ser quem vai ser responsabilizado? Minha preocupação é essa, pela realidade que eu vejo e vivo aqui. Eu não sou contra a descentralização, eu acho que é uma proposta muito boa, principalmente para as crianças entenderem a importância de viverem dentro de uma casa e saber como ela funciona e não num ambiente institucionalizado é importantíssimo, agora eu acho que tem situações. O que aconteceu aqui dentro do abrigo foi uma organização e que veio do Cajé, porque a adolescente veio do Cajé, a adolescente se comunicou com os meninos lá de fora pra pegar outro aqui dentro e isso tem sido uma realidade, a gente com esses rapazes passando o tempo inteiro aqui. Agora me fala uma coisa: onde está a rede? E como vai ser isso dentro de uma casa? (Relato oral de uma cuidadora social)

Com base nesse relato, podemos reconhecer que categorias classificatórias para o atendimento de jovens e crianças são importantes ao passo que evidenciam a heterogeneidade dos 'usuários' do serviço que apresentam demandas e especificidades distintas e que devem ser levadas em conta tanto na formulação quanto na implementação das políticas e programas.

Levar em conta os sistemas de classificações embutidos na linguagem que usamos para descrever e apreender a realidade implica em assumi-la de forma a não se criar distorções e discriminações. Tapar os olhos para essa realidade ao priorizar discursos politicamente corretos ou retóricas universalizantes é correr o risco real de co-produzir aquilo que se pretende combater: a violência e a violação de direitos, montando programas que deixam de alcançar seus objetivos e que podem produzir novas formas de exclusão.

Revelar as questões sociais, políticas, institucionais e de inadequação pedagógica que permeiam esses eventos é urgente para se começar a pensar numa política que seja realmente patrocinadora de direitos, cidadania e autonomia de crianças e jovens, de modo a não reificar o grupo alvo das preocupações, alimentando imagens que pouco tem a ver com a realidade.

Devemos sempre ter em mente que não ‘está em questão parâmetros normativos de ‘certo’ e ‘errado’, mas a comunicação entre pessoas que podem ter visões diferentes quanto aos próprios significados dos ‘direitos’ e da ‘cidadania’’. (Schuch e Fonseca, 2009:10)

Considerar a heterogeneidade desse segmento implica, inclusive, em dar ênfase ao que os meninos e meninas atendidos pela política de proteção pensam, falam e fazem (e por que, bem como, entender como fazem aquilo que dizem fazer – suas práticas – e aquilo que dizem que fazem - seus discursos -, de modo a elucidar as estratégias forjadas por eles na consecução e significação de seus projetos de vida, escolhas e tomada de decisões.

Somente dessa forma poderemos começar a pensar na promoção de um indivíduo autônomo¹⁷, formado para assumir responsabilidade de sua própria gestão. A formação desse indivíduo passa necessariamente pela formação de uma política de inclusão que envolva respeito a projetos de vida não necessariamente traçados por um ideal hegemônico, percebendo a dimensão estrutural e subjetiva na construção de outros possíveis modos de vida e visões de mundo.

Nesse contexto, a necessidade de se definir a identidade do ABRIRE - se é instituição de acolhimento, se é casa de passagem, se é reabilitação - passa pela definição do público atendido. “O que adianta fingir ser uma coisa quando na verdade

¹⁷ Entendendo a autonomia enquanto objetivo e imperativo social do indivíduo moderno (Singly, 2000:19)

é outra?”¹⁸ Dessa forma, a política de atendimento que passa a ser embasada em uma metodologia de ação passa a realmente incluir e promover direitos e respeito a esse grupo.

Ressalto que, embora esse imperativo problematize o ideário igualitário presente na legislação de proteção a criança e a adolescência, é urgente buscar maior adequação das políticas às reais necessidades desse segmento já que, na prática, a regra jurídica nem sempre irá caminhar conjuntamente com a realidade. “Dessa forma, a eficácia e até a justiça de determinados dispositivos jurídicos não podem ser planejados fora do contexto concreto (...) os avanços teóricos não substituem o conhecimento da realidade em que a lei atua” (Cardarello e Fonseca, 2009:230).

A responsabilidade de se determinar tipos de equipamentos/políticas para determinados ‘estilos’ de crianças e adolescentes abrigados sublinha a necessidade de se levar em conta a heterogeneidade desses sujeitos, muitas vezes com interesses e necessidades absolutamente diversos.

Siqueira e Dell’Aglío (2006) ressaltam que a implementação do ECA (1990), colaborou para mudanças efetivas no que tange às instituições de atendimento e à sua configuração como um todo, partindo não de uma visão puramente assistencialista, mas concebendo-as como espaço de socialização e desenvolvimento. È nesse espírito que o tipo de atendimento na modalidade ‘casas lar’ vem sendo globalmente adotado para reordenar o sistema de acolhimento.

Nas casas lar descentralizadas da UNAC, as crianças e adolescentes participam da limpeza da casa, a frequência escolar é maior¹⁹, os casos de drogadição e violência por parte dos usuários é menor, etc. Apesar de ser consenso entre os funcionários que a casa-lar descentralizada possui um ‘público mais light’, é comum a presença de adolescentes ameaçados de morte ou cumprindo medida sócio-educativa (liberdade assistida).

Feito esse pequeno esboço da instituição de acolhimento UNAC, seu contexto e modo de execução do serviço de atendimento gostaria de propor algumas reflexões a fim de uma melhor compreensão sobre a atual dinâmica de implementação do modelo casa-lar descentralizada.

¹⁸ Relato de uma cuidadora em conversa informal.

¹⁹ Um dos grandes impeditivos que enfrentamos para manter a frequência escolar, principalmente dos adolescentes, é decorrente do forte preconceito que eles sofrem ‘por serem de abrigo’, dessa forma a Unidade vem articulando estratégias para diminuir o preconceito nas escolas contra as crianças do Abrir.

O modelo de acolhimento no formato de casas lar apresenta-se nas políticas como um modelo mais ‘humanizado’ de abrigo, com aspectos bastante positivos no sentido de diminuir a estigmatização desse processo e desenvolver vínculos e relações. Atualmente, já é majoritária a adoção desse formato, que, em suma, é uma tentativa de replicar no Abrigo a conformação designada ‘família nuclear’, e acaba atuando no sentido de promover a idéia de família como lócus privilegiado do crescimento e construção da **peçoã**, por excelência, como unidade de pertencimento e proteção. Singly (2000:14) afirma que nas “sociedades individualistas, “a família” (qualquer que seja a forma ou a estrutura) toma para si a função de (tentar) consolidar em permanência o “eu” dos adultos e das crianças”, se transformando em um espaço privado a serviço dos indivíduos e para a construção de indivíduos devidamente caracterizados pela autonomia e independência (imperativos contemporâneos e ocidentais de um tal ‘indivíduo original’).

Deve-se ressaltar que o modelo de família aqui adotado é o da família de classe média como sendo o ‘lócus da moralidade e o meio ideal para a socialização de crianças, em detrimento da rua e das instituições, [posto que] nem todas as famílias são consideradas como adequadas para o crescimento sadio dessas crianças’. (Cardarello, 1998:312).

Devemos ter em mente, no entanto, que esse tipo de acolhimento baseado em imperativos lineares da concepção de família não alcança de maneira satisfatória todas as crianças e adolescentes que dele necessitam. Como explicitado por Schuch e Fonseca (2009) em pesquisa sobre o sistema de abrigo em Porto Alegre, “as crianças e adolescentes acolhidos nelas (casas lar) devem suportar uma rotina e supervisão (...). Casos recolhidos durante o trabalho de campo mostram situações em que crianças e adolescentes não se ‘adaptaram’ nas ‘casas lar’, pois não tinham perfil para tanto (...). Em outras palavras, existem circunstâncias que impõem a hipótese de que certos jovens não se adaptam bem ao modelo mais ‘próximo ao familiar’.” (2009:134)

No entanto, também devemos levar em conta que o que parece estar em jogo são diferentes experiências de vida que tendem a atribuir valores diferentes aos sentidos e noção de ‘família’. Talvez a conformação de família oferecida pela modalidade casa-lar não se coadune com aquela acionada pelas crianças e adolescentes abrigados. Passa a ser relevante nesse contexto entender se afinal essas unidades são ou não ‘como uma família’ para esse grupo.

Pensar nas diferenças entre o Abrigo central e as casas-lar implica em pensar nos modos como o sistema de colocação de meninos/as se estrutura e na sua lógica de distribuição.

Na unidade central, temos uma maior presença de meninos, de cor negra ou parda, mais velhos, que já cumpriram ou que estão cumprindo medidas sócio-educativas e que fazem uso de psicoativos. Essas características tendem a contribuir para o recrudescimento da noção de periculosidade associada aos adolescentes e inferir uma lógica que associa tal ‘perfil’ a tal ‘unidade’, o que dificulta o ingresso de certas crianças e adolescentes na casa-lar.

Dessa forma, a própria estrutura produz pessoas classificáveis e impõe a necessidade de se pensar a heterogeneidade dos espaços e de refletir sobre outras possibilidades de atendimento que levem em conta a heterogeneidade das crianças e adolescentes atendidos.

Trazendo esses elementos a serem discutidos à luz das experiências práticas do dia-a-dia, devemos levar em conta que não existe uma única forma de abrigar, já que são os atores sociais envolvidos que irão determinar o melhor encaminhamento do atendimento.

Entendendo a diversidade em sua complementaridade, é importante não acionar princípios valorativos em termos de melhor ou pior qualidade ou estratégia no atendimento.

Schuch, Fonseca, Uriarte, Soares (2005) sugerem uma flexibilização das opções: “Se o modelo das casas-lar traz uma série de benefícios para determinadas crianças, também é necessário refletir sobre outras possibilidades de abrigamento, para pessoas com passagens temporárias pelo abrigo, com vinculação simultânea a múltiplos espaços, como os abrigos, a situação de rua, a casa de parentes e amigos, etc.” (2005:52)

Neste sentido, parece que, apesar de existir uma legislação que uniformiza a práxis institucional, deve-se falar em formas de abrigar, e não em uma única maneira monolítica de abrigamento (Prestes, 2010)

Capítulo 3. O livro

A porta de entrada que utilizo para penetrar no universo de uma casa-lar descentralizada da Unac são os livros de registros da casa. Esses livros se apresentam no formato de caderno de atas onde são feitas diversas anotações concernentes aos plantões de trabalho e compreendem o período de junho/2010 a maio/2011.

Referido pelos cuidadores como ‘o livro’²⁰, ele serve para que cada equipe realize o relato das ocorrências de seu plantão. Os relatos seguem um protocolo de apresentação (vertente mais formal) que deve conter um cabeçalho que especifique a casa, a data, o plantão (diurno/noturno) e os plantonistas que estão trabalhando; em seguida enumera-se o efetivo de acolhidos presentes na casa na hora que o plantão começou e segue-se o relato do que aconteceu durante a jornada de trabalho. Por fim, encerra-se com o efetivo de acolhidos que estão presentes na casa na hora em que se passa de plantão e com assinatura dos plantonistas responsáveis pelo que foi descrito.

Não existe um padrão para essa descrição, portanto, cada cuidador acaba por inserir um estilo próprio ao relato, dando ênfase ao o que ele/ela considera ser relevante. Assim, alguns são ricos em informação, enquanto outros são bastante sumários. Todo plantão deve ser entregue com o seu respectivo relato, de modo que a próxima e as demais equipes possam se inteirar dos ocorridos na casa durante sua ausência.

O cuidador deve, portanto, ler o livro de registro desde o seu último plantão para acompanhar o que aconteceu nos dias em que estava de folga. Dessa forma, o atendimento pretende-se continuado e consciente para toda a equipe e as informações não ficam alocadas em memórias e lembranças.

O conteúdo dos relatos gira em torno das realizações corriqueiras e cotidianas da vida das crianças e adolescentes do abrigo - que são o alvo privilegiado da escrita. Eles são referidos nos livros como *criad's*²¹, uma abreviação de crianças e adolescentes que objetiva uma economia na escrita desses substantivos, mas que acaba também produzindo distanciamento e objetivação.

Seguindo uma descrição quase sempre cronológica, o marco inicial da narração é a hora de acordar seguida das atividades realizadas pela manhã; o segundo marco é

²⁰ Coloco esse termo em itálico para enfatizá-lo enquanto uma expressão corriqueira da equipe, nesse sentido, o grifo em itálico marca uma utilização nativa do termo.

²¹ A expressão ‘*criad's*’ como expressão nativa é encontrada somente na escrita dos cuidadores, e não em suas falas.

referente ao horário de almoço e tudo o que se passa no decorrer da tarde; no terceiro, temos a hora do jantar e as atividades que ocorrem até a hora do descanso noturno.

Os relatos apresentam freqüentemente lembretes, avisos ou informações quanto a atividades dos acolhidos externas ao abrigo, bem como administração de medicamentos, informes ou circulares administrativos, etc.

O livro, apesar de ser embalado por um tom informal, é um documento oficial do Abrigo e, portanto, o que é nele exposto serve para respaldar, evidenciar e informar (sobre) práticas institucionais. Mas podemos dizer que ele também exerce o papel de construtor tanto de uma realidade, como de imagens e aspectos associados às crianças e adolescentes. O ato de contar e identificar indivíduos serve a um fim último de reconhecê-los, torná-los visíveis e, porque não, passíveis de controle. Numa aproximação com o que defende Peirano (2006), podemos afirmar que esse documento define ao mesmo tempo em que fazo sujeito *criad's* em termos performáticos, criando uma coletividade em que se subsumem elementos individuais/ particulares.

Dessa forma, encontramos uma produção discursiva da realidade do abrigo que constrói e atualiza discursos, concepções de mundo e construções imagéticas relacionadas a esses sujeitos e a realidade que vivem, conquanto, como é da essência mesma de todo documento, podemos dizer que os relatos presentes no livro são uma versão ou um fragmento da realidade, tendo em vista que são matizados pelo olhar de alguém.

Peirano (2006) afirma, nos passos de Austin, que as palavras, tanto quanto atos, dizem e fazem coisas, assim, a depender do contexto de quem escreve, sobre quem escreve e do porque escreve, os fatos podem ser suavizados ou temperados a depender da situação, sem retirar a autenticidade do relato mas conferindo a eles diferentes tons.

Levando isso em consideração, devemos ter em mente que o livro é um instrumento de poder e quem o escreve é o cuidador. Os abrigados não têm e não podem ter acesso ao que é nele exposto, com toda construção que se faz deles e de suas histórias. Existe, portanto, um vínculo vertical entre cuidadores e *criad's*. Embora as vozes das crianças e dos adolescentes adquiram respaldo no trato com a equipe técnica ou perante a coordenação e demais instituições da rede de garantia de direitos, a versão do cuidador é a perene, justamente porque tem como suporte e escudo o livro, que a reveste de legitimidade.

Os efeitos da consolidação de sentidos hegemônicos nesses dispositivos chamam atenção para o caráter político do significado dos relatos. (Fonseca e Schuch, 2009).

Entendendo que, às vezes, fenômenos triviais nos dão pistas interessantes para se compreender a estrutura e desenvolvimento das relações, os livros se tornam assim fontes atraentes para a pesquisa, já que as relações de poder estão imbricadas no cotidiano e na dinâmica da vida social.

3.2 Antropologia de arquivos

Combinando a pesquisa de campo com a pesquisa de arquivo.

Assim, a pesquisa tem como subsídio a análise desse caderno de ocorrências/ relatos da rotina diária de uma casa lar. A tentativa é de realizar uma “etnografia de arquivos” transformando os registros contidos nos livros em fontes para a análise de categorias frequentemente utilizadas para descrever e dar sentido às experiências vividas dentro do abrigo.

Cunha (2004) se debruça sobre a relação entre antropologia e pesquisa em arquivos refletindo sobre o uso de fontes arquivísticas e sua relação com a produção etnográfica. Ela afirma que dessa relação surge uma “modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais como campo de interesse para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias.”

Em termos gerais, existem dois tipos de trabalho de pesquisa em arquivos: 1. sobre arquivos, tradicionalmente associados a historiadores e arquivistas; 2. em arquivos, campo onde o antropólogo se insere passando a ver o arquivo como fonte de conhecimento para produção de análises.

Entendendo o arquivo como alimentado por pessoas, grupos sociais e instituições, Cunha conclui que ele “tem voz” e é útil para se entender contextos - sociais e simbólicos - de produção de realidades e discursos acerca dela, se tornando um lugar de observação de histórias singulares que, por vez, em seu conteúdo, informam muito mais sobre quem o produz do que sobre quem/ o que é alvo da documentação.

O trabalho antropológico em arquivos, assim, serve ao exercício de re-significação de seus conteúdos, tentando alcançar e compreender a rede de diálogos neles constituída.

O arquivo passa a ser campo de sujeitos, práticas e relações suscetíveis à análise e à experimentação antropológica. Essa nova leitura que se dá aos documentos alcança o fim de ampliar e diversificar as formas como se pode pensar a prática antropológica, para que não fique restrita à pesquisa de campo.

Pode-se contestar, porém, que textos não representam o mundo e suas inter-relações, que acreditar nisso seria um realismo ingênuo e que o relato é parte residual da experiência. Nesse sentido é produtivo combinar a pesquisa de campo com a pesquisa de arquivos na medida em que a experiência cotidiana permite sair do arquivo, partilhar interlocução e diálogo com os atores sem, contudo, destituí-lo de suas qualidades e potencialidades para o trabalho.

Diante do exposto, podemos perceber que os livros de ocorrências acomodam a dimensão textual e simbólica da vida social no abrigo, capturando, entre outras coisas, relações de poder às quais os sujeitos que os escrevem não só estão submetidos, mas que também atualizam ao verbalizar/descrever.

Assim sendo, procurei conjugar o relato escrito com a minha vivência dentro da casa, de forma a poder acessar alguns pontos da realidade institucional pesquisada.

Levando em consideração minha relação particular com o universo da pesquisa, devo mencionar que minha forma de ler e interpretar os dados é apenas uma, das inúmeras possíveis e não tem como prioridade denunciar uma realidade, e sim elucidar maneiras e alternativas de atuação no trabalho institucional.

Utilizo o livro não só como porta de entrada para meus leitores no ambiente da instituição, mas também como mediador da minha própria experiência em campo. Por intermédio dele entro em contato com experiências já vividas ou ouvidas, realizando novas leituras e significações dos contextos; lendo-os em sua totalidade vou percebendo conexões antes não apreendidas e venho tentando articular essa experiência com a teoria, com a antropologia.

3.3 A especificidade da pesquisa

Desse modo, o próprio contexto da pesquisa, na medida em que é realizada por uma cuidadora social, sugere que se reflita sobre as condições em que o trabalho do antropólogo é realizado.²² Posto que, sendo parte integrante da pesquisa o pesquisador coloca em reflexão a tão privilegiada ‘observação participante’.

²² As reflexões a seguir são resultado da leitura do capítulo 3 ‘A inserção em campo e o debate sobre o participar’, em Práticas de Justiça de Patrice Schuch (2009).

Historicamente, os antropólogos enfatizaram a ‘observação’ em detrimento da ‘participação’ - reduzindo o caráter eminentemente político da disciplina. Uma possível participação do pesquisador indicaria uma postura não ideal do cientista social trazendo desconfiças sobre a validade da pesquisa.

Trago essa reflexão no intuito de explicitar que a forma de inserção no campo e os resultados da pesquisa têm ligação direta com a condição em que a pesquisadora se encontra e com o papel que ele se impõe. Esse fato permite dar atenção às especificidades dos dados de campo e de sua maneira de obtenção.

Aqueles que se inserem no campo tomando como princípio o distanciamento e o estranhamento (‘observação’) terão por certo perspectivas e insights diferenciados daqueles que ‘vivem’ e ‘sentem’ o ‘campo’ estando completamente imbuídos dessa experiência (‘participação’).

Dessa forma, é essencial se “contextualizar os diferentes espaços e modos de atuação política do antropólogo que não são únicos, mas plurais” (Schuch, 2009: 100)

Assim, partindo do pressuposto de que os modos de produção etnográfica são variáveis e contextuais, considero a condição em que me encontro propícia para refletir sobre essa relação exclusivista do ‘eu x outro’, do ‘sujeito produtor de conhecimento x objeto produtor de dados’ e seu pressuposto de uma posição rígida e hierárquica entre sujeito e objeto.

Como explica Schuch, essa relativização do próprio método não implica em privilegiar uma ‘participação observante’ mas sim “ampliar o debate metodológico para além da dicotomia ‘participação’ ‘observação’”. (2009: 85)

Levando a fundo o comprometimento político da antropologia, a autora sugere que a ‘participação’ faz parte do arcabouço instrumental da disciplina, sendo em alguns casos condição necessária para a ‘observação’ e “a própria matéria ou conteúdo da “observação”,” bem como “a própria condição de acesso e inteligibilidade do universo e sua politização” tornando difícil ‘observar’ sem enfatizar o ‘participar’. (2009: 101).

Dessa forma, minha própria posição em campo me causou certos incômodos e angústias, tendo em vista que precisei confrontar a ‘Aline cuidadora’ (suas preocupações, críticas e maneiras de levar o trabalho) com a ‘Aline estudante de antropologia’ que teria como missão analisar as preocupações, críticas e maneiras de

levar o trabalho acionadas pelos atores sociais estudados: o grupo de cuidadores da casa com seus respectivos discursos.

Segundo Schuch (2009: 22), cada 'maneira de inserção representa desafios e implicações particulares (...) que impõe constrangimentos, orientações e limites específicos à produção do trabalho antropológico'. Conforme a autora, a inserção de antropólogos em instituições de intervenção social se dá de forma complexa 'na medida em que tais profissionais estão colocados na intersecção entre modos de atuação estruturados de maneira diversa, e acabam vivenciando uma condição *sui generis* de, nos dois espaços na academia e nos órgãos de intervenção social estarem, ao mesmo tempo, próximos e distantes'.

Considerando a importância que confere a disciplina em contextualizar discursos e práticas, devo confessar que não sei exatamente como começar os relatos etnográficos acerca de minha vivência como cuidadora social no Abrigo. Muitas são as experiências em que entrei em contato desde que iniciei essa trajetória e, embora todas elas tenham sido de grande valor para mim (quase que num sentido existencial), sempre fico com o pé atrás em atribuir significância ao relato de um ponto de vista acadêmico.

Uma das motivações que aciono na hora de não desistir é a de que por muitas vezes em conversas com amigos ou até mesmo lendo a literatura produzida sobre o tema é comum que ao final eu me sinta meio que politicamente incorreta. Essa sensação também se dá quando do confronto da idealidade da lei/ declarações com a realidade que se impõe ao cotidiano do trabalho.

De fato, as impressões daqueles que estão 'de fora' ou que não estão em contato direto com essa vivência e, portanto, com as dificuldades e limitações impostas a ela serão um tanto quanto enviesadas por ideais militantes ou por um 'dever ser' que normatiza e limita o olhar.

É no sentido de tentar dar visibilidade à experiência *sui generis* de quem esta na ponta da ponta, no limiar do 'ou vai ou vai', que trago à luz os "causos" e discursos dessa categoria profissional que - na corda bamba - tenta garantir direitos, respeito, autonomia e cidadania aos usuários do serviço de acolhimento.

É a partir desses casos e discursos que pretendo desnaturalizar e problematizar o familiar, entrelaçando o cotidiano à política (enquanto política pública e enquanto posicionamentos e posturas levadas a cabo pelos agentes institucionais).

Devo ressaltar, ainda que seja um lugar comum, que uma história – assim como a história - pode ser contada de inúmeras formas. Os relatos que aqui coloco, embora tenham o comprometimento de descrever uma realidade são subjetivos e, portanto, parciais. Eles são informados pelo olhar da autora, por sua visão de mundo.

Foi comum, por exemplo, me encontrar indisposta com algumas ocorrências descritas nos livros, tendo em vista que fiz parte ou estava presente em muitas delas e sabia que a descrição não correspondia à ‘realidade’ dos fatos ou das falas proferidas no tete-à-tete entre os cuidadores.

Essa constatação se revelou, entretanto, um dado de pesquisa, tendo em vista que o que é silenciado, o que não é exposto, tem muito a dizer e explicar sobre uma realidade.

Assim, percebi que fatos mais controversos como abusos ou possíveis abusos sexuais entre acolhidos dentro das dependências do abrigo são deixados de fora dos relatos do livro. Isso se dá por determinação da equipe técnica de referência da casa, que teme um ‘alarde desnecessário’ quanto a um fato não comprovado ou com dificuldades de constatação. Esse posicionamento acaba por provocar um esvaziamento de uma das funções do livro, que é respaldar as ações e posturas dos cuidadores e orientar atuações técnicas com relação aos acolhidos.²³

A leitura de um dos livros me remeteu a uma situação que não estava relatada no livro e sim numa folha de caderno avulsa e ridiculamente solta dentro deste. Essa folha recebeu a escrita por iniciativa dos cuidadores mesmo com a determinação da equipe técnica de não relatar o fato no livro. O relatado dava conta de um possível caso de abuso sexual entre um adolescente de 13 anos e um menino de 3 anos. O fato não foi escrito no livro, mas recebeu ocorrência policial e, pela impossibilidade de se fazer perícia, foi tapeado como ‘(im)probabilidade’.

²³ A coordenação do Abrire tem também certa resistência no registro de boletins de ocorrências (BO) nas Delegacias da Criança e Adolescente (DCA), já que o número de BO's registrados pode ser indicativo de boa ou má gestão.

Independente do que ‘de fato aconteceu’ou como cada um interpreta uma situação, trago à luz essa questão para lembrar que o discurso está submetido a certos mecanismos de controle, que são externos ao indivíduo (Foucault). Este controle faz com que as pessoas deixem de expressar certas emoções, opiniões, ‘fatos’ dependendo de certas circunstâncias: tais como o assunto e o nível de credibilidade do sujeito, e do próprio enunciado ser considerado verdadeiro ou não.

Pode-se questionar, entretanto, que a responsabilidade foi do cuidador, de não estar atento o suficiente, já que ‘essas crianças são tudo problemática mesmo’ como já cheguei a ouvir.

Porém, os convido a se colocarem no lugar desses sujeitos, que, como já mencionado ao longo da pesquisa, trabalham com baixo quantitativo de recursos humanos e apoio institucional, com crianças e adolescentes em uma situação toda particular, com necessidades absolutamente distintas, além de terem que desempenhar as mais variadas e diversas funções que vão desde atividades domésticas até de motorista de van escolar (em carro particular).

Como proferido em reunião por um servidor: ‘Todos os colegas aqui sabem que não tem um servidor nesse abrigo que desempenhe somente as suas atribuições’ atribuições essas que não são poucas como será mostrado em seguida e que são desempenhadas com considerável falta de recursos e apoio.

Capítulo 4. Quem é o cuidador?

“Existem casas que tem um bebê de colo, outras que têm dois ou três, as mães adolescentes são adolescentes mesmo 12 / 13 anos e não ligam pros filhos! Os cuidadores que têm que ficar no colo, ou seja, um pra cada bebê... quem é mãe sabe, quando se tem um bebê você tem seis meses de licença maternidade pra cuidar do seu bebê e ficar 24h com ele: assim são os cuidadores... Um fica com o bebê no colo, outro acompanhando os adolescentes em atividades desportivas ou internações hospitalares, o outro cuidando da adolescente que tá quebrando as coisas, ajudando nas tarefas escolares, às vezes o cuidador tem que ficar lá olhando o bebê de colo e olhando a mãe do menino! Casa que tem menino que mexe com drogas, os traficantes vão tudo lá bater na porta das casas.. ~~qu~~ não tem segurança. Eu não sei o que vai ser feito com esses meninos que estão doentes queimando as casas todos²⁴ dia.”

Os cuidadores sociais são o alvo privilegiado da pesquisa por ser a ponta mais extrema do serviço de atendimento, onde a problemática estrutural e as tensões são pulsantes. Sendo assim, resolvi problematizar essa relação do ponto de vista antropológico, de forma a conferir inteligibilidade às ações dos cuidadores e seu motivo de existência, os abrigados.

Embora a pesquisa pretenda entender a política de acolhimento institucional a partir do ponto de vista do cuidador, o olhar das crianças e dos adolescentes acolhidos também é acionado, já que não podemos perder de vista que o cuidador existe para e através do acolhido, pois seu trabalho é eminentemente relacional.

Vale ressaltar que, embora o modelo casa-lar tenha como princípio estruturador de sua organização a noção de família, na instituição destacada os funcionários são identificados como educadores/cuidadores sociais e não como ‘pais e mães sociais’, como acontece em outras instituições.

É considerado cuidador social a pessoa ocupante do cargo Técnico em Assistência social na especialidade cuidador social. A especialidade deste cargo indica que a essa categoria de servidor cabe o trabalho nas Unidades de Alta Complexidade da Sedest.

²⁴ A cuidadora se refere a duas tentativas de incêndios perpetradas por uma adolescente num período de um mês.

Os cuidadores sociais são plantonistas de escala 12 por 36 horas, o que implica em 12 horas de trabalho para 1 dia e meio de folga, sendo que fica a critério do servidor (e no interesse da administração) escolher pela jornada de 40h ou 30h semanais. Os servidores que escolhem pelas 40h estão dia sim, dia não (ou noite) de plantão e aqueles que optam pelas 30 horas devem cumprir dez plantões no mês, cobrindo as folgas dos plantonistas de 40h. Ao todo são quatro equipes por casa, que cobrem plantões diurnos e noturnos, dias ímpares e pares, ininterruptamente. Os plantões vão de 07h00min as 19h00min (diurno) e de 19h00min as 07h00min (noturno).²⁵

São os cuidadores que estão na ponta do serviço de acolhimento, lidando com o dia-a-dia, o cotidiano, a rotina dos atendidos pela política de proteção durante sua estadia na instituição.

Ao chegar a casa-lar, a criança ou adolescente será acolhido pelo cuidador social, que lhe explicará sobre a medida de proteção especial, conversando sobre a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento. Sendo este profissional o responsável direto pela casa, é ele quem geralmente passa a maior parte do dia com essas crianças e esses adolescentes. São os cuidadores que acordam os meninos, os arrumam para ir para a escola, dão atenção básica a sua saúde e higiene, acompanham o cumprimento das regras do lar, servem as refeições, etc. Portanto, o cuidador é a pessoa com quem a criança e adolescente acolhido está em contato a maior parte do tempo. O trabalho do cuidador social está diretamente relacionado com a rotina diária dos acolhidos, seu trabalho é focalizado neles. É um trabalho voltado para pessoas e implica em singularidades já que se estabelece em uma relação interativa.

Cada cuidador tem sua maneira de 'levar o plantão', sendo que uns seguem de maneira mais determinada as regras e compromissos referentes ao cuidar e a tentativa de prover uma educação social a essas crianças e adolescentes, e outros investem mais em negociações e prestação de favores para evitar desgastes decorrentes de conflitos com os adolescentes.

No linguajar dos meninos e meninas acolhidos, os cuidadores são os 'tios' ou as 'tias'. Para os adolescentes, geralmente o tio/tia que está mais preocupado com o cumprimento das regras é aquele que quer 'atrasar' a vida deles, no sentido de prejudicar - 'o cuidador/a chato(a)' e aquele que investe em negociações é aquele que

²⁵ Atualmente se experimenta novo regime de plantão em formato 24h por 72h com satisfação da maioria esmagadora de servidores.

‘vê o lado’ deles, no sentido de que levar em consideração seus desejos, considerado ‘tio/a de boa’²⁶

Apesar de ser uma classificação dos acolhidos, ela também é percebida entre os cuidadores. Existe o cuidador/a preocupado com procedimentos formais e providências que devem ser tomadas quanto a uma situação-problema ou comportamento considerado não adequado dentro da instituição e o cuidador/a que evita esses procedimentos, satisfaz alguns dos desejos dos acolhidos sem maiores críticas e não fica cobrando do interno o comportamento que é esperado dele²⁷.

Há também aqueles que têm um envolvimento emocional com a situação institucional e aqueles pra quem o importante é ‘fazer sua parte’ e ir embora para casa, sem julgar, sem pretender que a instituição mude, ‘fazer seu trabalho e pronto’, ‘o importante é o salário no final do mês’.

Embora tarefas relacionadas com o cuidar sejam tradicionalmente relacionadas a funções femininas, a casa em estudo, conta com ao menos um cuidador homem para cada plantão. Cada turno conta com no mínimo uma dupla de cuidadores, sendo que o plantão diurno (devido a sua dinâmica mais agitada) pode possuir até quatro cuidadores.

Dessa forma, pode-se notar que as atividades de ‘abrigar’ não se reduzem às tarefas cotidianas de alimentação, estudo e moradia; elas incorporam posicionamentos e visões de mundo.

O Art. 19, da Portaria 56/2009, que dispõe sobre o funcionamento do Abrigo (nesse período ainda denominado Abrire), dispõe que o cuidador deve possuir as seguintes (interessantes!) competências pessoais:

1. Manter capacidade e preparo físico, emocional e espiritual;

²⁶ Então, a título de exemplo, é muito comum ouvir afirmações como: ‘Essa tia só que atrasar nossa vida!’ ou ‘O tio vê o nosso lado!’. Embora exista essa diferenciação entre os tios/as chatos e tios/as de boa, os adolescentes têm a percepção de que os cuidadores chatos são aqueles que estão preocupados com eles, por isso brigam, puxam a orelha, se estressam e se assim o fazem é porque na verdade, gostam dos meninos/as e querem ver seu bem. Essa percepção é endossada pelos próprios cuidadores que constantemente atualizam ‘essa verdade’ nas cobranças e diálogos com os próprios acolhidos e nas reuniões técnicas: ‘é mais fácil não se preocupar, não ter que impor limite, mas se fazemos isso é porque gostamos deles’.

²⁷ Esse tipo de estratégia de ação costuma ser mal vista pelos demais cuidadores, porque ela tende a prejudicar seu trabalho transformando aquilo que é considerado errado em certo e, o que é certo em errado, por ex., quando o cuidador realiza uma prestação de favores em troca da obediência do menino/a, mesmo que momentânea, evitando ‘bater de frente’ e deixando o plantão mais tranquilo.

2. Cuidar da sua aparência e higiene pessoal;
3. Demonstrar educação e boas maneiras;
4. Adaptar-se a diferentes estruturas e padrões familiares e comunitários;
5. Respeitar a privacidade das crianças e adolescentes;
6. Demonstrar sensibilidade e paciência;
7. Saber ouvir;
8. Perceber e suprir carências afetivas;
9. Manter a calma em situações críticas;
10. Demonstrar discrição;
11. Observar e tomar resoluções;
12. Superar seus limites físicos e emocionais, em situações especiais;
13. Manter otimismo, em situações adversas;
14. Reconhecer suas limitações e quando e onde procurar ajuda;
15. Demonstrar criatividade;
16. Lidar com a agressividade;
17. Lidar com seus sentimentos negativos e frustrações;
18. Lidar com perdas e mortes;
19. Buscar informações e orientações técnicas;
20. Obedecer a normas e estatutos;
21. Reciclar-se e atualizar-se por meio de encontros, palestras, cursos e seminários;
22. Respeitar a disposição dos objetos de crianças e adolescentes;
23. Dominar as noções primárias de saúde;
24. Dominar técnicas de movimentação de crianças e adolescentes para não se machucarem;
25. Dominar noções de economia e atividade doméstica;
26. Dominar noções de educação pedagógica;
27. Educar crianças e adolescentes;
28. Transmitir valores, a partir do próprio exemplo e pela fala;
29. Conciliar tempo de trabalho, com tempo de folga;
30. Doar-se;
31. Demonstrar honestidade; e
32. Conduta moral.

Essas competências conjugadas em uma só pessoa a tornariam um super-homem/ super-mulher! Dessa forma, a equipe trabalha em conjunto para suprir as competências exigidas no serviço, de forma que cada cuidador colabore com seus atributos mais marcantes. Assim, existem aqueles mais dados a conversa, outros mais a disciplina, alguns são mais tolerantes, outros mais exigentes, e cada um com sua característica contribui (ou não!) para a manutenção da vida dos acolhidos na instituição.

No Regimento Interno do Abrire,²⁸ Art. 18, - são atribuições dos Cuidadores Sociais no ABRIRE:²⁹

1. Propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo crianças/adolescentes colocados sob seus cuidados;
2. Seguir a rotina estabelecida no manual de rotinas do Abrigo Reencontro;
3. Participar de reuniões, dos programas de atualização e aperfeiçoamento proposto pela Equipe Técnica e Coordenação;
4. Criar na casa que lhe for designada, um ambiente personalizado, destinando a cada criança e adolescente, espaços em armários para que sejam de seu uso exclusivo, garantindo assim, a sua privacidade, de forma a favorecer o surgimento do clima de um verdadeiro lar;
5. Garantir o cumprimento dos horários: escolar, cursos e outras atividades;
6. Garantir o cumprimento da rotina das casas lares;
7. Ensinar as crianças e adolescentes, no limite de sua maturidade e disponibilidade, a realizarem as tarefas domésticas, tais como: limpeza da casa, organização de armários, separação do lixo orgânico e reciclável, cuidar de plantas e animais, compra e estocagem de alimentos, a cuidar de suas roupas, seus pertences, sua higiene pessoal, calçados, material escolar, livros e brinquedos;
8. Ensinar as crianças e adolescentes a preservarem sua casa e o bem público, inculcando-lhes a importância das normas de boa convivência comunitária e o respeito à propriedade alheia;

²⁸ Essas atribuições estão descritas no Regimento Interno do abrigo que se encontra inserido na versão preliminar do Projeto Político Pedagógico da Instituição. O projeto ainda não foi concluído e aprovado. E foi gentilmente cedido pela equipe pedagógica.

²⁹ Tentarei trazer algumas dessas atribuições ao longo da pesquisa para maior apreensão e para que a leitura não se torne exaustiva.

9. Ensinar as crianças e adolescentes boas maneiras à mesa, em locais públicos e na recepção de convidados;
10. Tornar a hora das refeições um momento de aprendizagem de boas maneiras e de encontro com a família;
11. Utilizar a programação televisiva como recurso para conversar com as crianças e adolescentes sobre valores morais e éticos, sexualidade, trabalho, relacionamento e também ampliar o universo cultural de toda família;
12. Estabelecer um relacionamento harmonioso com os demais Cuidadores e outros funcionários solicitando ajuda, quando necessário, na solução de problemas vivenciados no exercício da função de educador e facilitador do desenvolvimento das crianças e adolescentes;
13. Participar do planejamento e execução dos eventos culturais envolvendo as crianças e adolescentes no limite de sua maturidade e disponibilidade, bem como, participar dos eventos culturais promovidos pela comunidade;
14. Acompanhar passeios e atividades recreativas com as crianças e adolescentes ou em conjunto com outras famílias do Abrigo;
15. Promover ações educacionais e momentos de reflexão a partir das atividades desenvolvidas;
16. Estimular as crianças e adolescentes a assumirem a responsabilidade de seus atos e a conquista gradativa da sua autonomia;
17. Comemorar os aniversários das crianças e adolescentes individualmente, solicitando a participação do aniversariante no planejamento da festa;
18. Favorecer a integração das crianças e adolescentes à comunidade, permitindo-lhes que aceitem convites, como também, que estes convidem seus colegas da comunidade para lhes visitarem;
19. Favorecer e estimular as crianças e adolescentes à prática de esportes, brincadeiras e artes;
20. Participar da vida escolar das crianças e adolescentes, indo às reuniões e festejos promovidos pelas escolas, bem como, acompanhá-los durante o período de adaptação à escola e estabelecer, local e horário para a realização das tarefas escolares;
21. Providenciar, quando necessário, o atendimento médico e odontológico para as crianças e adolescentes, os acompanhando às consultas e exames, obedecendo rigorosamente às prescrições dos profissionais de saúde;

22. Favorecer a interação entre irmãos biológicos, bem como entre os residentes da mesma casa lar, exercendo o papel de mediador nos conflitos, e quando necessário, exercer sua autoridade de forma firme e afetuosa, impondo os limites necessários à boa formação das crianças e adolescentes, fazendo uso das ações necessárias à preservação da integridade física e mental da criança e adolescente;
23. Aproximar-se dos familiares biológicos das crianças e adolescentes, durante o período de visita, para conhecê-los, observar a interação dos mesmos e comunicar à equipe técnica suas percepções;
24. Coibir a prática de atos libidinosos, sexuais e masturbação entre crianças e adolescentes nas casas lares e demais dependências do Abrir;
25. Coibir o armazenamento e o uso de substâncias psicoativas nas casas lares e demais dependências do Abrir;
26. Administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a eles pertinentes;
27. Evitar o uso coletivo de roupas e demais artigos de uso pessoal, de forma a garantir a individualidade das crianças e adolescentes atendidos.

A esfera de autoridade dos cuidadores se restringe quase que exclusivamente ao interior de suas casas e às crianças/adolescentes que ali residem, possuindo pouca ou nenhuma autonomia para controlar ou gerenciar outras situações. Suas atribuições, porém, se confundem com a de outros agentes da instituição, já que, por conta da atual falta de orçamento da Secretaria (que, portanto, não aloca recursos suficientes as suas unidades) é corriqueiro, por exemplo, que os cuidadores tenham que realizar muitas das atividades relacionadas aos acolhidos em carros particulares,³⁰ por conta da falta de veículos automotivos da instituição ou combustível para realizar as tarefas requeridas, como levar um menino ao hospital ou a uma entrevista de emprego, deixar medicamentos – que por vezes estão em falta e são comprados pelos próprios cuidadores, etc.

A falta de uma política de orientação de conduta³¹ mais consistente por parte da Administração do Abrigo acarreta que cada equipe de trabalho (impar/par,

³⁰ Exercendo assim uma atividade que não é sua - a de motorista - e sob risco de responsabilização em caso de algum acidente ou infortúnio no caminho.

³¹ Já mencionada anteriormente, tendo em vista a dificuldade de se realizar o projeto político pedagógico da instituição sem antes definir sua identidade.

noturno/diurno) segue uma linha de comportamento, embora se tente por iniciativa da equipe certa integração. Esse fato também gera diferentes percepções quanto à natureza e objetivo do trabalho: há cuidadores que entendem que são pagos para serem amigos dos acolhidos e outros investem num discurso referente ao grau de periculosidade dos adolescentes, estando sempre preocupados em não serem ‘passados para trás’ por eles.

É importante ressaltar que a falta de definição dos papéis desses agentes executores do programa de acolhimento gera uma falta de referência para as crianças e adolescentes acolhidos - o que compromete, e muito, a relação entre estas e os educadores no que se refere a questões como: limites, vínculos, afetos e responsabilidade. Ao entrarmos em contato com as instituições, deparamo-nos com profissionais que não foram devidamente preparados ou sequer o foram e que não recebem respaldo e apoio para desenvolverem um trabalho tão importante.

Por exemplo, em mais um relato de cuidador: “Essa semana nós fomos acometidos com duas situações de servidor que foi acusado pelo adolescente de ter sido violento e de ter machucado. Tem um ponto da capacitação que foi pedido desde o início, que foi defesa pessoal e contenção. Por que que a gente pediu isso? Passar com essa história que cuidador machuca adolescente e crianças. Eu acho que ninguém que trabalha aqui tem a intenção de machucar alguém. Agora, gente precisa saber como fazer isso porque se a gente não sabe fazer, a gente vai fazer do jeito que a gente dá conta. Tem três meninos brigando, você tem que segurar três? Eles se debatendo, é humanamente impossível não machucar e a gente se machuca também. Quando a gente pediu a capacitação ouvimos por aí: “querem bater no adolescente!?” A nossa intenção não é essa, ao contrário, a intenção é saber como fazer. Quando a gente souber vai diminuir muito a quantidade de adolescente machucado por uma contenção que a gente não sabia como fazer e foi feita de qualquer forma para tentar preservar a vida dos outros e a nossa! A gente tem que tirar faca de menino! Como é que você toma a faca de uma pessoa?! A gente precisa trabalhar com situações reais. A gente tem crianças, sim! E também tem adolescente com vínculo com a rua, com marginalidade, com problema de drogadição... com eles, as vezes, conseguimos até reverter a situação por conta do vínculo. Mas e como os lá de fora que vem pra pegar eles?!”

O cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, curiosidade, cognição, linguagem e emoções; o que gera uma

série de inquietações a um servidor público que tem de assumir a um só tempo o papel de pai/mãe, professor, babá, empregado doméstico, entre outros, não sendo ao mesmo tempo nada disso. Complicado exercer tantas possibilidades de um ‘não-ser’, ‘não - sou’ ao mesmo tempo, ‘sendo’.

Qual o papel/lugar do cuidador social na formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, uma vez que este é o responsável mais direto por eles, quem passa maior tempo em sua companhia?

“Como podemos realizar um trabalho com excelência, com dignidade, com qualidade, com respeito ao servidor e outra, falamos tanto da política, da estrutura, mas: cadê o acolhido? Será que ele realmente esta sendo acolhido e sobrevivendo na casa? Será que é isso que a gente quer? Vamos manter, alimentar, botar pra tomar e dormir. Será que é isso que a gente quer? Ou a gente quer acompanhamento? Para acompanhar precisamos de cuidadores na casa.”

Tendo em vista que os profissionais das instituições acolhedoras são os responsáveis mais diretos pela implementação dos princípios legais, já que são eles que articulam diretamente a nova forma de ver e cuidar da criança e do adolescente, estes passam a assumir o papel de educadores sociais, o que requer não apenas profissionalização da área, mas também a existência de uma política de recursos humanos que envolva seleção adequada; capacitação permanente, considerando as peculiaridades e dificuldades do trabalho a ser desenvolvido; incentivos e valorização, o que também inclui uma remuneração adequada e quantitativo suficiente e necessário.

Esses agentes institucionais vivem uma espécie de “síndrome do maior abandonado”: se sentem perdidos, vivem os conflitos do dia-a-dia, não tem um espaço para entender e discutir como lidar com ele, nem ‘voz’ para evidenciar as particularidades do trabalho. Não tem participação efetiva nas mudanças do atendimento, embora sejam eles quem em última e mais direta instância realizarão o próprio atendimento. Para os funcionários, não há interesse ou vontade política de ter um conhecimento sobre a realidade institucional a partir de seu ponto de vista: “Eles (a coordenação do abrigo? o governo? a secretaria? a sociedade?) não querem saber de escutaros funcionários, de escutar a gente. Eu gostaria muito que essas mudanças tivessem realmente participação mais efetiva do servidor e que elas fossem mais pensadas não com a coisa da teoria, porque uma coisa é você fazer uma estatística dando número de servidores (esta estatística refere-se ao quantitativo apresentado pela

gestão de pessoas da secretaria que seria o ideal para a prestação do serviço) e outra coisa é você encarar a realidade do trabalho”.

Capítulo 5. Etnografia da casa

Existem diferentes formas de se conceber o espaço, tendo em vista que ele é uma invenção social. Tendo essa idéia como pressuposto, Damatta (1991) defende que a casa e a rua não representam apenas espaços geográficos, eles são acima de tudo “esferas de ação social”.

Para ele, espaços específicos estão equacionados socialmente a atividades específicas que demarcam mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos e papéis e que permitem a atualização da própria vida social.

O autor afirma que o espaço público (da rua) e o espaço privado (da casa), encarados como ‘esferas de significação social’, fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes, eles contêm visões de mundo e éticas particulares que guiam e influenciam o comportamento dos agentes.

O espaço da casa seria o espaço que privilegiaria os laços de simpatia, lealdades pessoais e complementaridades, é o espaço que tem como agente privilegiado ‘a pessoa’; já o espaço da rua poria ênfase no anonimato, fundado em mecanismos impessoais onde não haveria, portanto, espaço para elos mais especializados e que tem no ‘indivíduo’ seu ator principal.

Para Damatta, não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito: “Não posso transformar impunemente a casa na rua e a rua na casa” o antropólogo.

Na leitura que fiz do autor, salta aos olhos que talvez o espaço da casa-lar seja justamente aquele onde ‘rua’ e ‘casa’ se misturam, criando uma lógica eminentemente híbrida.

Segundo o autor: “Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; (...) somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo o que fica fora de nossa casa ‘é um problema do governo!’ Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo...” (Damatta,1991:20).

Pela dinâmica própria de morar em uma casa com todos os elementos domésticos e materiais em ordem, mas por terem a total consciência de que aquela casa

é do governo (ou do Roriz³²- como muitos dizem!) se estabelece uma tensão constitutiva entre os moradores acolhidos. A casa adquire uma dupla conotação: é um lugar doméstico/ privado, mas também um lugar institucional/público.

Comportamentos que Damatta enxerga como característicos do espaço público são facilmente notados no dia-a-dia do espaço doméstico da casa-lar, como: lixo jogado para fora da janela e que cai na varanda, lixo deixado pelos espaços que os meninos transitam – sala e quarto principalmente, pichações e rabiscos³³ espalhados pelo quarto e por vezes feitos ‘na surdina’ em ambientes coletivos - cozinha e sala, pertences pessoais sendo escondidos para que não sejam furtados por outros acolhidos, depredação de cama e estofados para manufatura de armas brancas³⁴, entre outros.

O que se pode perceber é que existe uma lógica própria da rua que se entrelaça com a linguagem da casa e do privado, que Damatta aponta como típico em manifestações rituais que invertem a realidade brasileira, por exemplo, no carnaval onde: ‘A rua transformada em casa subverte tanto o código da rua quanto o a da própria casa.’ (Souza, 2001: 49)

Longe de tentar encaixar o espaço da casa-lar na ‘sistematização damattiana de imagens do senso comum’ (Souza, 2001), percebo que a leitura dual do autor – mesmo analisando a sociedade brasileira como heterogênea - não dá conta da realidade que a pesquisa abraça, e nem de outras realidades, como por exemplo, a de meninos de rua para quem “a rua passa a ser o ambiente que substitui o espaço doméstico, e a relação entre transeuntes, comerciantes, policiais, assistentes sociais, educadores, etc. passam a ocupar a posição de familiares, vizinhos, amigos” (Gori, 2000).

³² Joaquim Roriz foi governador do GDF por quatro mandatos e, ainda, figura no imaginário de alguns adolescentes enquanto tal.

³³ Relato contido no livro: “Notamos que João escreveu seu próprio nome no armário da cozinha (...) pedimos para que ele limpasse o armário da cozinha, o qual ele tinha escrito seu nome e conversamos com ele sobre seu comportamento”. Alguns cuidadores tentam desenvolver atividades que visam re-significar essas atitudes dos meninos/as, como foi a iniciativa do projeto ‘Faça sua arte aqui’ que visava permitir toda manifestação artística dos adolescentes, porém no lugar certo, nas cartolinas colocadas nas paredes da casa. As cartolinas eram trocadas de tempos em tempos e depois ocorreu uma exposição com os trabalhos.

³⁴ Relato contido no livro: “Escondemos algumas facas da cozinha no armário porque pegamos João tirando um pedaço do tecido do sofá e tentando fazer algum instrumento com duas facas juntas e o tecido.”

Cohn (2009), ao se debruçar sobre a pesquisa de Gregori (que abordou a circulação de meninos e meninas de rua por vários espaços como: a rua, as instituições, a casa da família), elucida o quanto a criança ou adolescente atua na constituição de relações sociais e na construção de redes de apoio e significação dos espaços pelos quais circula:

“Essas crianças engajam-se ativamente na constituição de laços ~~abste~~ de relações sociais em todos os espaços pelos quais circulam. Isso inclui desde a constituição de agrupamentos de composição diversa e particular~~as~~ que obedecem a códigos e regras e estabelecem para si um local definido e definido~~as~~ pelas famílias e as instituições nas quais buscam alguns recursos e que freqüentemente usam como ‘bases’ para depositar documentos, por exemplo~~plé~~ os outros atores da realidade urbana em que se inserem.” (Cohn, 2009:32)

Nogueira (2004) defende, por exemplo, que “a criança institucionalizada tem dificuldades para toma~~a~~ casa onde vive e as pessoas com as quais convive no cotidiano como pontos de referência de sua pessoa no mundo. Os arredores constituídos pelos espaços e objetos físicos demarcados pelos limites da instituição dificilmente são vistos como prolongamento de sua pessoa”. (2004:32)

Assim, ao adentrarmos nesses espaços, percebemos que eles são mais diversos e diversificados do que dita o senso comum.

Enquanto um espaço-social que engloba um conjunto de particularidades na sociabilidade de seus sujeitos, o estudo de abrigos demanda a identificação e contextualização de discursos e práticas específicos, a fim de se compreender as conexões e relacionamentos entre diferentes sujeitos sociais na ação e produção de sua rede de significados.

O trabalho pretende se debruçar sobre uma casa-lar especificamente, embora também cite e faça uso dos relatos de outra casa - esta situada na unidade central, para elucidar a diversidade de sujeitos e contextos que engendram esses espaços.

Para manter o sigilo dos profissionais e dos acolhidos optei por utilizar termos gerais para especificar as falas, tipo: cuidadora/cuidador, profissionais, técnicos em assistência, servidores; bem como, acolhidos, adolescentes, crianças, usuários do serviço. Assim o relato tenta dar conta dos discursos do grupo, de forma não pessoalizada. Quando da descrição contida nos livros, nomes genéricos serão acionados para identificar os sujeitos, exemplo: João, Joãozinho, Zezinho, Maria, Aninha, etc.

Convido o leitor a entrar na casa e desvendar os temas e questões referentes a seu espaço, empreendendo uma análise etnográfica de micro-eventos³⁵:

5.1 Era uma casa muito ‘engraçada’...

Casa: 1.Nome comum a todas as construções destinadas a moradia. 2 Moradia, residência, vivenda. **Lar:** a casa da família.³⁶

A descrição desse lugar não cumpre uma finalidade meramente ilustrativa ou de simplesmente situar o leitor. A intenção é de inseri-lo nesta realidade institucional e trazer reflexões sobre o cotidiano dessa unidade.

Uma casa constitui em si mesma um sistema simbólico construído por aqueles que a sustentam e a habitam (Horvath, 2005). As ‘casas lar’ são casas que habitualmente ocupam espaços residenciais – com o objetivo de não distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos - planejadas com o intuito de desburocratizar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social, retirar o estigma de um endereço institucional³⁷ e aproximar-se de um modelo familiar.

Sua constituição arquitetônica e material é semelhante, quando não igual, à que seria de uma “casa qualquer”, possuindo: televisão, DVD, som, vídeo-game, computador, geladeira, microondas, etc.³⁸

Nesse momento, devemos levar em conta que a política que implementa essa casa tem a ‘cara’ de um ator social específico - aquele proveniente das classes mais abastardas e intelectualizadas, que compõe uma parcela da sociedade com poder sociopolítico. Assim, de uma forma ou de outra, o programa provê aos ‘meninos e meninas das classes mais baixas o conforto de uma vida de classe média’ (Cardarello,

³⁵ Esses eventos podem ser tanto relacionados à minha vivência sendo, portanto, um resgate de meu diário de campo, quanto podem ser relatos encontrados nos livros

³⁶ Uma das definições que encontrei em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.

³⁷ Atendendo a uma “política de descentralização” que defende mais unidades de atendimento com menos quantidade de acolhidos por unidade e maior qualidade no atendimento.

³⁸ Na unidade central as casas possuem televisão, geladeira, microondas e fogão. Tendo em vista ser comum os adolescentes furtarem objetos para vender, trocar por drogas ou pagar dívidas realizadas fora das dependências do abrigo outros objetos, como DVD e vídeo-game, ficam trancados e só podem ser usados quando sob vigia. Também é constante conflitos entre os abrigados por conta de furto de pertences pessoais.

2009: 239), que seria um referencial de ‘bem-viver’, sempre com o intuito de prover uma situação de proteção as crianças ou organizar as famílias a partir de seus próprios modelos conceituais sobre o que é família, infância e proteção (Vecchio, 2007:16), além de encaixar essa realidade numa lógica uniforme orientada pelos padrões familiares da classe média.

Na casa em que a pesquisa se concentra, são ao todo 3 quartos que acolhem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, sendo recomendado que cada quarto acomode até 4 acolhidos com devido espaço para cama/beliche/berço e para guarda de pertences pessoais.

Nas casas descentralizadas, a limpeza é realizada pelos cuidadores e adolescentes determinada por escala. No abrigo central existe uma equipe terceirizada que realiza o serviço e desse modo os adolescentes de lá ficam livres dessas tarefas.

Nas casas ficam os acolhidos e cuidadores e/ou auxiliares de cuidador, sendo que as visitas dos demais agentes institucionais ocorrem com mais ou menos frequência, a depender da demanda: elas ocorrem normalmente para realizar visitas aos abrigados ou para a entrega documentos, remédios, materiais de limpeza, etc.

As casas não devem ter nenhuma identificação que evidencie a natureza institucional do equipamento. Além de ser uma casa que tem como objetivo prestar cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, ela também tem a pretensão de ser um lar para seus acolhidos. Para tanto, o serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar.

Os cuidadores são os responsáveis por orientar e lembrar os meninos quanto aos horários de suas rotinas, que vão desde a hora de despertar até a hora de dormir, incluindo nesse meio tempo as horas de estudos, hora do banho, hora de se alimentar, de ir à escola ou a algum curso, hora de ver TV, etc.

Assim, o espaço do abrigo está demarcado tanto pelas rotinas próprias de uma casa ‘comum’ como também esta condicionado ao tempo referente à organização do trabalho do cuidador.

Em *A casa e a Rua*, Damatta (1991) discorre sobre a relação particular que se estabelece entre ‘espaço’ e ‘tempo’ - indicando que a determinadas espacialidades corresponderiam temporalidades específicas.

São os cuidadores também os responsáveis por realizar festas comemorativas (aniversários, festas juninas, natal), sendo que as regras definidas pelos cuidadores da casa determinam que: em aniversários/datas comemorativas será permitido apenas um presente a ser dado por todos os cuidadores em conjunto.

As instituições de acolhimento, como determinado pelo Estatuto, devem favorecer o convívio comunitário dos acolhidos. Para isso, a equipe institucional deve propiciar a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade. Essa atitude parte da equipe como um todo (cuidadores, agentes e técnicos de referência da casa), que por vezes articula suas redes pessoais para que esse direito seja efetivado. Procuram-se utilizar todos os recursos externos disponíveis — as crianças e os adolescentes frequentam escolas próximas, são atendidos em postos de saúde e vão a escolas de natação e cursos profissionalizantes da cidade durante o período em que permanecem abrigados.

Por conta desse esforço de integrar o adolescente com a comunidade na intenção de proporcionar outras redes de pertencimento e expandir o leque de possibilidades de criação de laços sociais, por exemplo, dois adolescentes da casa onde sou cuidadora, trabalham como menor-aprendiz em empresas que oferecem essa oportunidade e outra adolescente está inserida no ‘Projeto Vira-vidas’³⁹ onde recebe uma bolsa de estudos.

Para as crianças, a partir de um projeto pedagógico, também se articula a matrícula em creches, de modo garantir um desenvolvimento saudável de sua socialização, já que é comum por conta do convívio constante e diário com os adolescentes da casa, as crianças desenvolverem comportamentos considerados ‘inapropriados’ para sua idade, como atitudes sexualizadas ou violentas e todo um linguajar próprio dos adolescentes ou, por conta de experiências traumáticas serem excessivamente tímidas e reclusas.

No mais, o funcionamento segue os moldes de uma casa onde todos que coabitam têm funções e espaços particulares de existência e investe-se num tipo de atendimento com o que se entende como semelhante ao que a criança e o adolescente teriam em uma família.

A seguir, apresento relato etnográfico do cotidiano da casa a partir de seus cômodos...

³⁹ Desenvolvido por iniciativa do Conselho Nacional do SESI, o programa busca promover a elevação da auto-estima e da escolaridade dos adolescentes e jovens participantes, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia. (Informações recolhidas do site do projeto)

5.1.1 Cozinha

Alimentação

Atribuição do Cuidador Social no ABRIRE Art.⁴⁰ tornar a hora das refeições um momento de aprendizagem de boas maneiras e de encontro com a família; ensinar as crianças e adolescentes boas maneiras à mesa, em locais públicos e na recepção de convidados.

A cozinha da casa contém todos os utensílios ‘básicos’ de uma cozinha: armários brancos, fogão a gás, geladeira (lotada de sucos de caixinha e frutas), filtro de água de barro e outro filtro purificador mais moderno e microondas. Duas mesas de plástico ficam num dos cantos da cozinha e é onde são feitas as refeições, mais ou menos dez cadeiras de plástico ‘uma em cima das outras’ se somam ao conjunto da mesa. Ao alto de uma das paredes fica o relógio de referência da casa, para onde todos se voltam no momento de pedir ou exigir que as tarefas sejam cumpridas nos seus devidos horários.

Uma van da empresa licitada responsável pela alimentação do Abrigo entrega o café da manhã, os lanches, o almoço no início da manhã e o jantar no final da tarde, sendo que estes últimos chegam em grandes ‘hot - box’ que preservam a temperatura da comida, a exemplo de um sistema de refeição ‘self-service’, e no caso do adolescente ou criança precisar de uma refeição diferenciada, como entre as grávidas ou crianças pequenas (até 1 ano), a comida vem em ‘marmitas’. As refeições principais são feitas horas antes de serem efetivamente consumidas e são transportadas por longas distâncias em uma van quente e abafada que realiza o transporte para toda unidade (casas descentralizadas e abrigo central).

Por conta disso, a orientação é de que a comida seja consumida tão logo o ‘hot-box’ seja aberto, e toda comida que não for ingerida deve ser jogada fora. Esse sistema faz com que diariamente quilos e mais quilos de alimentos sejam jogados fora. Doações para pedintes são proibidas, sob pena de advertência⁴¹.

⁴⁰ Essas atribuições estão presentes no pré- Projeto Político Pedagógico na instituição.

⁴¹ Voltarei a falar sobre essa questão no tópico Varanda/Rua.

Geralmente, a disposição dos alimentos é (para cada vasilhante): arroz, feijão, algum tipo de carne, legumes ou macarrão e salada. É comum a comida chegar estragada, apresentando mau cheiro ou gosto azedo, por isso os cuidadores devem realizar a prova dos alimentos e, se constatada alguma irregularidade, uma amostra deve ser coletada, congelada e enviada para perícia da empresa contratada.

Além disso, a comida tem um gosto muito forte, com tempero muito ativo, o que contribui para os adolescentes constantemente reclamarem que estão enjoados do sabor. Em reunião, uma cuidadora relatou que, em um determinado plantão, uma criança (menino) chegou a matar um passarinho e pedir para ela cozinhar a ave no almoço, tamanha sua insatisfação com a comida servida!

Essa questão faz pensar que não basta garantir direitos, deve-se promovê-los com qualidade.

Relato do livro:

‘Durante a madrugada o adolescente levantou e acendeu duas bocas de gás do fogão. Além disso, colocou fogo em um pano e jogou as roupas no lixo.’

‘Diante do risco do adolescente fazer novas ligações nas chamas do fogão com risco de incêndio ou vazamento de gás, o fogão e o botijão serão levados para a copa do administrativo.

A cozinha também é alvo de preocupação entre os cuidadores por conta do risco que ela representa. Por vezes, recebemos adolescentes que estão em depressão, em abstinência ou que apresentam alguma perturbação mental, esses últimos são referidos pelos demais adolescentes como ‘22’ que é aquele considerado ‘doido’. Por isso, deve-se ter atenção redobrada, pois o risco dos meninos/as tentarem atear fogo na casa, colocando em risco a vida dos demais acolhidos e dos cuidadores, existe!

Quando essas tentativas acontecem, o adolescente passa a ser alvo de ameaças, já que os demais percebem o risco que ele pode representar. Relato do livro:

‘Ele está despertando a preocupação de muitos no abrigo, porque está recebendo ameaças de vários adolescentes.’

5.1.2 Sala

Hierarquia/territorialidade

Atribuição do Cuidador Social no ABRIRE Art. 18:⁴² quando necessário, exercer sua autoridade de forma firme e afetuosa, impondo os limites necessários à boa formação das crianças e adolescentes.

A sala é composta por um sofá de três lugares que, apesar de ser bastante confortável, não comporta a quantidade de acolhidos da casa. Por isso, alguns colchões de berço de criança ficam espalhados pelo chão do espaço para acomodar os que ficaram de fora do sofá. Um pufe amarelo, que tem seu lugar cativo bem em frente à TV, e possíveis cadeiras retiradas da cozinha complementam os lugares de assento. No pufe geralmente se encontra aquele que tem a ‘posse’ da programação da TV naquele momento.

A TV se encontra em cima de um rack onde ficam também o videogame com as respectivas fitas de jogos e o DVD (estragado). Num canto oposto ao rack fica a pequena mesa que recebe o telefone da casa. Os adolescentes não podem atender o aparelho, posto que o telefone é institucional e qualquer ligação que estes queiram fazer deve ser autorizada pelos cuidadores e anotada no livro para controle. É indicado que o cuidador fique atento à conversa para realizar alguma intervenção, se for o caso.

A televisão sempre causa problemas entre os adolescentes, tendo em vista que quase nunca há consenso na escolha do programa assistido. Geralmente, os acolhidos que estão a mais tempo na casa conseguem ‘se fazer mais presentes’ e monopolizam a programação. Também ocorrem conflitos decorrentes do fato das meninas quererem assistir televisão enquanto os meninos querem jogar videogame. Esses conflitos são dirimidos pelos cuidadores, que tentam encontrar um meio termo para que todos fiquem satisfeitos - o que, por vezes, não impede que a confusão continue e, como resultado, todos fiquem privados de utilizá-la.

A sala é o lugar mais freqüentado da casa e nesse contexto a TV assume grande valor para os meninos. Assim ela é utilizada como importante recurso para que eles cumpram as ordens e orientações da casa, pois o não cumprimento implica num possível ‘castigo’ associado a TV.⁴³

⁴² Essas atribuições estão presentes no pré-Projeto Político Pedagógico na instituição.

⁴³ Privações referentes a saídas para rua ou passeios tendem a ser mais eficazes, pois numa escala de valores elas tendem a ser mais importantes para os adolescentes, a TV fica em segundo lugar.

A sala também é composta por uma mesa troca-fralda, uma mesa redonda usada para estudos e um ‘cantinho da reflexão’ para as crianças quando estas desobedecem algo ou desrespeitam alguém.

Numa das paredes da sala encontra-se um quadro recoberto de veludo verde, trata-se do quadro de avisos que mostra de maneira clara a intervenção do administrativo no ambiente privado.

“– Fulano vai limpar o banheiro!

- Pô tia, agora num vou não, tá passando minha novela...

- Vai agora, eu to mandando! Você só assiste essa novela porque eu deixo, você tá entendado?”

O sistema de castigos e privilégios serve o fim último de mostrar o tipo de conduta que se espera dos acolhidos dentro da instituição. Os privilégios são conseqüências do cumprimento às regras institucionais e o sistema de punições está relacionado ao descumprimento dessas regras.

Assim, o acolhido que apresenta condutas desejadas pela instituição (tais como frequência escolar, respeito aos funcionários, se demonstra solícito ou participa das atividades internas por iniciativa própria, etc.) tende a receber privilégios formais e informais, podendo ser elogiado para a equipe técnica ou mobilizar a equipe tanto quanto à possibilidade empregos, no sentido da equipe como um todo ‘ver o lado’ do acolhido nos seus desejos e pedidos.

Foucault (1987) aponta que premiações, tanto quanto punições, são mecanismos de manutenção de ordem e disciplina, uma vez que quando se premia aqueles que se saem melhor em determinados contextos, também se pune aqueles que não atingiram o que deles se esperava. Portanto, a não premiação pode também ser uma forma de punição.

5.1.3 Banheiro

Limpeza, sujeira, cheiros

Atribuição do Cuidador Social no ABRIRE Art.18⁴⁴: ensinar as crianças e adolescentes, no limite de sua maturidade e disponibilidade, a realizarem as tarefas domésticas, tais como: limpeza da casa, organização de armários, separação do lixo orgânico e reciclável, cuidar de plantas e animais, compra e estocagem de alimentos, a cuidar de suas roupas, seus pertences, sua higiene pessoal, calçados, material escolar, livros e brinquedos;

A casa possui ao todo quatro banheiros, sendo um lavabo (utilizado somente por cuidadores), um banheiro no corredor entre os quartos (banheiro masculino), um banheiro da suíte das meninas (feminino) e um nos fundos da casa, atualmente desativado (problemas na descarga).

Relato do livro:

“É de costume terminamos os plantões com os seguintes dizeres: ‘passamos o plantão com a casa limpa e organizada’ o que é feito praticamente sempre pelos cuidadores. A última equipe de limpeza fez a casa há cerca de 50 dias, o que é um absurdo, visto que uma casa com em média 9 crianças fica a encargo do cuidador manter a limpeza. Por mais que as criad’s ajudem na limpeza ‘passar um pano’ não mantém uma casa com o mínimo de higiene, principalmente para os bebês as vezes recém nascidos. Além disso, nós servidores não temos sequer um banheiro exclusivo para uso. Costumeiramente usamos o da sala, o qual nós mesmos limpamos deixando assim de cumprir nossas atribuições de cuidador, para efetuarmos trabalhos domésticos. Crianças (entre 1 e 3 anos) e adolescentes compartilham o mesmo banheiro, como manter a higiene desse banheiro a fim de preservar a saúde das crianças? Não se pode considerar a casa como algo independente do Abrire, uma vez que o fato de ser descentralizada não a faz deixar de ser instituição a qual deve ser mantida e receber todo suporte como as demais dependências do Abrire.”

A questão da limpeza é outra pauta bem discutida entre os cuidadores, em particular das casas-lares, já que na unidade central uma equipe de limpeza terceirizada realiza o serviço todos os dias. O caso transcende a questão prática da limpeza para alcançar seus efeitos: o da higiene. Como mencionado pelo relato da cuidadora, bebês e adolescentes têm que utilizar o mesmo banheiro e é comum, por exemplo, as

⁴⁴ Essas atribuições estão presentes no pré- Projeto Político Pedagógico na instituição.

adolescentes apresentarem quadros de infecções urinárias ou ginecológicas contagiosas o que faz com que a saúde dos bebês/crianças fique suscetível.

Segundo Mary Douglas (1976) as formas pelas quais uma sociedade articula conceitos como sujo e limpo revelam os posicionamentos políticos dos grupos envolvidos na manutenção de posições de poder e, por conseguinte, da ordem social.

A autora sugere que a idéia de sujeira é composta por um ideal de higiene e cuidados e pelo respeito a convenções sociais. Pensar nessas representações implica em pensar na forma como “nós e os outros” articulam e se relacionam com esses conceitos.

Relato do livro:

“Episódio crítico do plantão: Os irmãos fizeram seus dejetos no ~~do~~ banheiro de trás e depois jogaram um no outro! O banheiro ficou imundo! E foi muito difícil fazê-los limpar. Depois de muito custo eles toparam lavar. Triste!” (Relato do livro)

Como podemos observar pelo relato acima, no abrigo lidamos com crianças e adolescentes com costumes de higiene distintos daqueles convencionados como ‘normais’. A relação que alguns têm com a sua sujeira, com seus dejetos e excreções são diferentes dos socialmente articulados dentro de determinados grupos sociais (por exemplo, o dos cuidadores).

Para alguns adolescentes, hábitos de banho e manutenção da limpeza de seus pertences e de seu espaço são difíceis de realizarem. No relato de um cuidador: “Temos uma dificuldade grande principalmente com os dois irmãos ~~para~~ ~~os~~ ~~zê~~ ~~mar~~ ~~banho~~. É preciso pedir várias vezes, e vão muito a contragosto.”⁴⁵ Um no livro relata como “O quarto do banheiro dos meninos estava tão fedido que a casa toda ficou fedida”, “o fulano limpou tão mal o banheiro que precisamos ficar no pé para que ele limpasse de novo, e mesmo assim nós mesmos ainda limpamos uma terceira vez”⁴⁵

O social se configura em um conjunto de relações ordenadas e a sujeira seria a contravenção dessas relações. A ordenação sistemática das coisas rejeita elementos

⁴⁵ É comum também passagens que atribuem a limpeza da casa como obrigação dos abrigados: “trata-se da casa deles por isso devem se responsabilizar por isso”. Os adolescentes, no entanto, não se consideram ‘donos’ da casa tendo em vista que um dia eles serão, grosso modo, expulsos de lá (aos 18 anos) esse fato gera toda uma problematização quanto aos sentidos de pertencimento peculiares que vão sendo construídos no dia-a-dia.

inapropriados que são aqueles ligados ao comportamento de poluição. O comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto, pessoa ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais gerando ameaça à ordem estabelecida. Essa reação se articula em um sistema de rótulos que se esforça em colocar as coisas em seu lugar apropriado, construindo mundos ordenados onde todos os objetos são facilmente reconhecíveis e classificáveis e rejeitando o desconfortável, o ambíguo ou o que desafia categorizações tratando-os ou negativamente (condenando-os, ignorando-os) ou positivamente (realocando-os em novos padrões de realidade).

Daí vem um esforço que podemos chamar - porque não! - de civilizatório por parte dos cuidadores de adequar os adolescentes a hábitos de higiene ‘mais apropriados’ – como numa tentativa de tornar seus corpos limpos, dóceis e úteis para essa sociedade.

A ‘sujeira em nossa sociedade’ está por toda parte: naqueles que decidiram não viver de acordo com as concepções de mundo hegemônicas, nos que se encontram às margens da sociedade por questões financeiras e/ou étnicas, nos que não estão alinhados à norma por serem considerados loucos ou doentes ou por desejarem aquilo que é proibido ou por possuírem moralidades diferenciadas... Enfim, por serem desviantes.

Os desviantes, por representarem a sujeira social, geram ansiedade e desafiam os padrões hierárquicos e o poder das instituições e dos sujeitos que as representam. Eles representam perigo e ameaça e devem ser controlados, disciplinados ou até mesmo eliminados para reorganizar o ambiente e restabelecer a ordem.

Nesse sentido, sublinham-se também os esforços de se romper os vínculos dos adolescentes com a rua, não somente na tentativa de protegê-los das possibilidades fatídicas que ela propicia, mas também no empenho de se retirar as insígnias de pertencimento com a mesma; adequando-os à idéia de higiene doméstica, do refluxo para o espaço interior e da sua constante vigilância.

Como já salientado anteriormente, o atendimento pautado numa ‘concepção de família burguesa não corresponde à realidade de vida das camadas mais pobres da população, na qual se dão outras formas de sociabilidade. Nessas classes, a rua é ocupada como espaço de trabalho, lazer e moradia. Dentre outros fatores, isso origina arranjos familiares que contrastam com a idéia burguesa e liberal de família, baseada na capacidade de auto-sustento, localizada numa casa onde os pais cumprem com a função de assistir os seus filhos, que não precisam trabalhar, ao contrário do que ocorre nas classes populares’. (Cardarello 1998:311)

De certa maneira, existe uma intenção institucional de subtrair os aspectos

considerados negativos do universo sócio-cultural original do acolhido (não só naquilo que se refere ao motivo de seu acolhimento), estabelecendo um sentimento de pertencimento ao universo da instituição.

“Não é banheiro, é toalete”.

Em conversa com uma cuidadora sobre um passeio que ela havia realizado com os adolescentes ao boliche do shopping, esta frase me chamou atenção. Uma das adolescentes havia perguntado onde era o banheiro, ao que a cuidadora respondeu: “Fulana, quando você está no shopping não é banheiro que se fala, é **toalete**”. Depois do ataque de riso que tive, pois achei a situação um tanto quanto engraçada, percebi que a cuidadora estava falando sério, era realmente aquilo que ela acreditava e, portanto, existia ali um esforço para que a adolescente acreditasse naquilo também.

Esse episódio me fez pensar sobre os limites da educação social. Educar alguém para adequar/encaixar a **SUA** sociedade. Todo esse esforço para tornar esses corpos dóceis, limpos, ‘encaixados’, ‘apropriados’ não deixa de me causar certo incômodo.

Geralmente, na lógica institucional, o indivíduo que ‘dá certo’ é aquele que consegue introjetar essas posturas ideais e aproveitar todas as oportunidades que lhe são oferecidas e, por isso, é bem sucedido na reinvenção individual de sua trajetória. Para alguns, é praticamente impossível acreditar que para outros esse projeto de vida ideal - do que eu ou você consideramos ideal - não é o ideal e sempre prevalece a necessidade de se tornar/ser útil ao Estado.

No trato diário, deve-se ter em mente de que a medida protetiva não trata de “re formar” indivíduos, inculcando certos hábitos das camadas mais altas e adequando-os aos padrões considerados desejáveis por uma parcela da sociedade. Daí a necessidade de aprender a linguagem de ‘um outro’ e propiciar a construção de um sujeito de camada social diferenciada.

Como percebemos, ensinar ‘boas maneiras’ aos meninos/as é uma prática corriqueira na instituição, que vai desde aquelas ligadas aos cuidados de higiene até a utilização de termos ‘gentis’ tais como: por favor, obrigado, etc. É comum observar os cuidadores corrigindo os adolescentes, por ex., quando o acolhido quer pedir alguma coisa em tom impositivo. O adolescente, por sua vez, acata a correção ou ri; mas, às vezes, pode ficar irritado com a situação e gerar um conflito, ofendendo o cuidador com xingamentos ou dizendo que ele/ela é ‘**pago pra faer isso**’.

5.1.4 Quarto

A casa é composta por quatro quartos: quarto dos bebês/ crianças, quarto feminino, quarto masculino e quartinho da dispensa. Os quartos contêm beliches, camas e berços (conforme a necessidade), além de alguns armários (aos pedaços) e cômodas que têm suas gavetas ou compartimentos divididos para uso exclusivo de cada acolhido, inclusive dos bebês. Os quartos não são fixos. Podem ocorrer permutas a depender da demanda da casa mas, em geral, tenta-se preservar os espaços particulares de cada um, numa tentativa de se pessoalizar esses espaços.

È interessante notar que, embora vivam em um ambiente eminentemente coletivo, os acolhidos forjam diversas formas estratégicas de aumentar sua identidade pessoal em detrimento da percepção de uma identidade coletiva (embora sejam identificados por ela).

Nesse sentido, é comum no trato diário os cuidadores ou agentes executores do programa ‘tomarem um por todos’, considerando-os apenas como uma coletividade. Disso decorrem reclamações dos acolhidos, que se sentem ‘generalizados’, como se eles fossem todos iguais para os funcionários.

Vale ressaltar que esse tipo de atitude é decorrente dos desgastes do dia-a-dia, quase que automáticos e inevitáveis, sendo que nos atendimentos e conversas a trajetória sócio-histórica, que é singular a cada um, é ‘re-lembrada e acionada’. Assim, existe um esforço que deve ser feito diariamente para dar atenção às questões subjetivas de todas essas crianças e adolescentes.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Aragão (2011) apresenta que “De forma geral, a equipe técnica das casas-lares aponta uma crise de auto-estima, principalmente por parte dos adolescentes, e isso acarreta em problemas graves, como a falta de perspectivas e do senso de pertencimento. A falta de objetivos aprofunda a questão da drogadição e leva à ameaça de suicídio”.

No abrigo, brigas e confrontos são constantes por conta dessa dicotomia: meu espaço x seu espaço. Furtos, roubos, sumiços de pertences pessoais são uma constante principalmente, mas não somente, por lá.

‘A adolescente percebera terem furtado algumas de suas roupas, e, agitada, quebrou várias coisas do quarto das meninas.’

A percepção de tensão entre os bens privados e os coletivos, presente na fala das crianças/adolescentes e também dos cuidadores parece permear toda dinâmica do ambiente institucional. Por todo o abrigo (casas-lar e unidade central) observa-se situações em que a linha entre o particular e o coletivo é tensionada, e onde a propriedade de certas coisas – lápis, cadernos, brinquedos, espaços, fotografias, CDS, utensílios domésticos, etc. – é relativizada, colocada em questão, ou mesmo negada.

Como avalia Prestes (2010:97) “vale notar, ainda, que o ambiente da Instituição é público e coletivizado por natureza: Não existem quartos reservados, exceto para os adultos. Há poucos espaços para se estar sozinho, menos ainda, locais para guardar itens pessoais. Mas, numa realidade em que a própria vida desses indivíduos é coletiva, seria difícil esperar que fosse de outro modo com suas posses”.

Questões referentes ao sono:

Relato do livro:

Plantão noturno:

‘Gostaríamos de pedir aos colegas dos plantões diurnos que nos ajude no controle de sono. Os criad’s têm dormido muito até mais tarde, quando não no turno da tarde, e isso tem ocasionado um descontrole do horário do sono, o que implica grande movimentação de alguns durante a madrugada causando problemas, tais como ansiedade, crises depressivas e atrapalhando o sono dos outros criad’s.’

Plantão noturno:

‘Alertamos que não é aconselhável deixar os criad’s dormirem à tarde, pois querem dormir só depois da 01h’.

Plantão diurno:

‘O adolescente passou o dia na cama’

Plantão noturno:

‘O adolescente deu muito trabalho durante a madrugada pelo fato de ter dormido muito durante o dia, não quis dormir, e incomodou os demais adolescente do quarto, levantando ascendendo a luz, como também mexendo nos colegas (dando empurrões e rindo, como se quisesse brincar de ‘lutinha’... como fizemos há algumas semanas, novamente solicitamos aos cuidadores diurnos que nos ajudem evitando que os adolescentes permaneçam dormindo durante o dia, já que o padrão a ser estabelecido à noite tornase desregulado (adolescente sem sono quer fazer alguma coisa para fumar, deixar sair, assistir TV, ligar o som, entre outros)’

Plantão noturno:

‘O adolescente mais uma vez levantou pela madrugada e tentou ligar a TV, andando e pulando pela casa.’

A questão referente ao horário de dormir é interessante por que revela uma ‘rixa diplomática’ que existe entre os plantões diurnos e noturnos. Os plantonistas do dia tendem a considerar que trabalham mais que os da noite já que é durante o dia que ocorrem mais atividades (ir a escola, consultas, reuniões, pedidos administrativos, eventos, etc.) que necessitam de acompanhamento do cuidador. Além disso, eles entendem que os desgastes decorrentes com a relação com meninos/as é mais presente já que eles estão acordados, e bem acordados! Assim, pode se perceber uma tendência dos plantonistas diurnos em deixar os meninos dormirem até mais tarde (eles até acordam, mas sem muita insistência) às vezes até a hora do almoço. É comum também o plantão diurno deixar para o noturno todo o tipo de cobrança com os meninos/as como: limpeza dos pertences pessoais e realização da escala de limpeza, como uma forma de compensação. Esse fato atrapalha (e muito!) a rotina dessas crianças e adolescentes, além de os plantonistas noturnos se sentirem bastante prejudicados com isso, já que fica muito difícil botar os adolescentes para dormir e isso gera uma série de conflitos, como foi relatado nas ocorrências.

5.1.5 Varanda/Rua

Relação com a vizinhança

Atribuição do Cuidador Social no ABRE Art.18⁴⁶: favorecer a integração das crianças e adolescentes à comunidade, permitindo ~~deles~~ que aceitem convites, como também, que estes convidem seus colegas da comunidade para lhes visitarem;

Relato do livro:

“Orientamos os vizinhos a não doarem doações aos meninos a todo tempo, porque além de prejudicar o nosso trabalho as crianças não sabem valorizar, além do mais, esses meninos não são miseráveis, nem ‘coitadinhos”

Começo então com um relato de uma técnica em assistência social que para muitos pode parecer estranho. É nesse sentido que me referi acima aos discursos que

⁴⁶ Essas atribuições estão presentes no pré- Projeto Político Pedagógico na instituição.

aparentam politicamente incorretos. Embora a primeira impressão seja de ‘Como assim? Como uma cuidadora social coloca nesses termos a situação das doações empreendidas pela comunidade para as crianças e adolescentes acolhidos?’ - a situação das doações é um pouco complicada na esfera pública. Primeiro porque, ainda que por lei as crianças e adolescentes devam ser assistidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, quando elas chegam ao Estado a responsabilidade de prover os recursos necessários a sua alimentação, saúde, lazer e etc., ficam a cargo deste e/ou devem necessariamente passar por sua mediação.

Essa é mais uma questão que, do ponto de vista externo, pode ser considerada politicamente incorreta; mas dentro da instituição tais questões assumem uma dimensão significativa, conferindo sentido à ação dos atores.

No relato acima, o que estava acontecendo era que os meninos/meninas estavam ganhando skates, patins e bolas de pessoas na rua. Os cuidadores (responsáveis diretos pelos assuntos da casa e da convivência entre os acolhidos) não sabiam quem estava proporcionando os presentes e por que. Muitas vezes, quando os acolhidos eram interpelados sobre os objetos as reações iam desde atitudes desconcertadas até irritações despropositadas tendo em vista a natureza da situação. Esse comportamento dos acolhidos gerou desconfiança entre os cuidadores e todos os presentes foram ‘bloqueados’ até segunda ordem.

Junto a essa atitude esquisita dos meninos, somava-se o fato de que nenhum estava ‘merecendo’ o ganho de presentes, tendo em vista o descaso com os estudos, o desrespeito com as demais crianças e adolescentes e com o trabalho dos cuidadores, bem como o desacordo com as regras da casa.

Por fim, revelou-se que as crianças e adolescentes que estavam ganhando esses presentes (com idades entre 10 e 13 anos) estavam espalhando pela vizinhança que eles eram ‘obrigados a realizar todas as tarefas domésticas da casa apesar dos cuidadores serem pagos para isso e que eram tratados como escravos’.

De fato, o que acontece é que as crianças mais grandinhas (10 a 12 anos) e os adolescentes são orientados a lavar seus pertencentes pessoais (para isso existem máquinas de lavar e secar na casa, com os devidos materiais de limpeza) e os talheres que sujam (prato, colher e copo). Fora isso, são realizadas escalas de limpeza do banheiro entre aqueles que o utilizam, e nos ambientes de uso de todos (sala, cozinha) nos revezamos (acolhidos e cuidadores) para que sempre estejam limpos. A inserção das crianças e dos adolescentes nas atividades domésticas da casa faz parte do projeto

pedagógico da instituição, no sentido de criar pertencimento e gerar respeito nos usos da casa.

O que podemos perceber é que os acolhidos, de maneira geral, sabem se utilizar do papel de vítima (que de fato são, seja de um contexto social e/ou familiar) para conseguir alcançar objetivos⁴⁷ (ganhar presentes, piedades, etc.). Como afirma Cohn “não sendo, em termos absolutos, nem vítimas nem algozes, fazem, no entanto, uso dessas imagens estereotipadas para estabelecer um discurso que funda uma identidade tão fluida como é sua circulação”. (2009: 33)

Alguns também sabem se utilizar muito bem do que podemos chamar de ‘culpa social burguesa’ para acessar a (in)consciência de algumas pessoas e conseguir algo delas, que pode ser desde coisas materiais até a tentativa de uma possível adoção. Perpassando todos esses fatos está uma substancial carência afetiva que enxerga na obtenção de coisas ou pessoas ao seu redor (a qualquer custo) uma tentativa de preencher uma falta.

Embora sejam fatos desconcertantes, nós educadores sociais devemos estar preparados para lidar com as nuances que estão em jogo nessas situações, de forma a não sermos nem permissivos, nem incompreensíveis, e de maneira a não perder de vista o jogo entre falta e excessoque de certa forma parece entrecortar toda a dinâmica da estrutura das instituições de abrigamento.

Existe também um esforço necessário de acabar com a cultura que estimula processos de (re)vitimização e que colabora para a desqualificação do sujeito e conduz à prática da caridade e do assistencialismo.

Somando-se a essas ocorrências, descobrimos que uma das crianças estava freqüentando, sem autorização, a casa de um homem solteiro que morava sozinho na vizinhança. Como é estranho um homem de 25 a 30 anos receber em sua casa um

⁴⁷ A característica de ‘pedir’ é corriqueira nos espaços do Abrigo. O gera que certo incômodo entre os cuidadores que se esforçam em retirar dos meninos esses hábitos, e ao mesmo tempo, se esquivam das constantes cobranças. Horvath (2006) reflete de maneira interessante sobre esse fato ao descrever sua experiência em um abrigo para crianças e adolescentes soropositivos: ‘É inevitável não associar esse comportamento com o pedir esmola que de alguma forma, mantém a imagem de criança na rua com que as classes médias identificam as crianças pobres. Parecia-me em todo caso irônico dado os enormes esforços por socializar essas crianças aos estilos da classe média, em ambientes familiares e reduzidos, a persistência de um sinal de classe tão significativo... Apesar de todos os esforços as crianças pareciam se comportar como se estivessem da rua. Morar em uma ‘família’ não as deixava tão felizes como se esperava delas.’ (2006:67)

menino de 10 anos, todos ficaram muito cismados com o fato. Conseguimos, depois de muita insistência, que o menino levasse a equipe até o trabalho do rapaz (que era também na vizinhança). O relato da equipe que o acompanhou foi que o homem ficou desconcertado, sua primeira reação foi de falar que nunca tinha levado o menino até sua casa, que só havia pagado um lanche para ele. Aos poucos, se revelou que era mentira, o homem foi orientado de que ‘qualquer coisa’ que ele pretendesse com o menor deveria ser previamente comunicado e autorizado pelo seu responsável legal. Por fim, como a situação tinha tomado rumos preocupantes, e pela impossibilidade de se comprovar qualquer violação, optou-se pela transferência dos acolhidos envolvidos de casa ao final do ano letivo.

Relato do livro:

“Você não é normal, já por ser de Abrigo”

Este relato encontrado no livro diz respeito a uma sessão de terapia de uma das adolescentes com uma nova psicóloga que a atenderia. A psicóloga teria dito esta frase durante a sessão, o que resultou na desmotivação da menina em retornar ao centro de atendimento.⁴⁸

Roberto da Silva (2004) apresenta a 'teoria do desvio' como um bom campo para se tratar da realidade aqui apresentada, "a noção de desvio decorre da presunção de ser o modelo de família nuclear o padrão por excelência de organização familiar e social". O desvio social apresenta-se como expressão particular dos processos de estigmatização. O autor pontua como, por exemplo, os Códigos de menores se basearam na noção de desvio social para justificar a intervenção estatal na família brasileira, em especial nas camadas mais desprivilegiadas

Apesar de o ECA ter rompido com práticas repressoras e autoritárias ligadas a esse segmento, podemos pensar que ele programa novos ‘modos de governo’ que continuam tomando a família como principal força socializadora e foco de intervenção privilegiado.

Conforme Fonseca, podemos pensar que as políticas que falam em nome da proteção de crianças e adolescentes em ‘risco social’ também concorrem na promoção de determinadas concepções de família. A autora afirma que mesmo que

⁴⁸ O centro de atendimento é o ADOLESCENTRO - Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção ao Adolescente em Família da Secretaria de Estado de Saúde do DF.

implicitamente, existe um modelo de família 'ideal' veiculado pela legislação e pela maioria de políticas públicas voltadas para a infância. “Que visão de família está implicitamente em jogo nas nossas leis, nas nossas falas, nos programas de atendimento a crianças? Qual o papel do Estado em tudo isso?” (2009:276)

Na Antropologia qualquer princípio 'natural' relacionado à idéia de família, há muito, foi abandonado. Empreendendo a 'desnaturalização' da família, os antropólogos afirmam cada vez mais que o 'normal' das relações familiares é socialmente construído e varia de um contexto para outro. (Fonseca, 2009)

A legitimação do modelo de família nuclear como padrão hegemônico de organização familiar e social se dá por um contexto social que pressupõe a **família** como ponto de origem 'normal' do indivíduo, em um raciocínio que estabelece uma conexão entre natural (origem biológica) e a normalidade. (Silva, 2004)

Prestes (2010), que também se debruçou sobre a situação de abrigamento e abordou, entre outras, algumas concepções criadas acerca do que seja crescer em instituições de acolhimento e do tipo de sujeito que se constitui a partir desta vivência, afirma que “Na situação estudada, é a vivência de uma situação desnaturalizada que é a condição estigmatizante: o fato de viver em um contexto tido como 'anormal' transforma os abrigados em indivíduos incompletos e diferentes.” (Prestes, 2010:13)

Durante um plantão, isso também ficou muito claro: eu estava na quadra poliesportiva com algumas crianças e a adolescente em questão, alguns rapazes se aproximaram e permaneceram na quadra brincando com as crianças e conversando com a adolescente, alguns minutos depois aparece um vizinho, que chama os rapazes e diz em tom de alerta 'Olha!Essa menina é chave de cadeia, o pai dela é o juiz' os escutaram essa afirmação, inclusive a adolescente que saiu revoltada gritando que ele (o vizinho) poderia ficar tranqüilo, ela nunca conseguiria namorar ninguém ali, porque para isso ela deveria ser 'rica e loira, e você ta vendo que eu não sou nada disso'.

Percebe-se que, pelo fato de 'serem de abrigo', a comunidade os enxerga como se eles não fossem de ninguém e não respondessem a ninguém e, caso respondam, seria à figura máxima de autoridade de uma sociedade que vive sobre o primado da lei: o juiz.

Ao contrário da alienação social refletida no discurso de uma parte da comunidade que entende que ser criado em abrigos, do ponto de vista de valores e expectativas culturais, está associado a um estigma que pode se tornar uma predição de fracasso - percebe-se na fala da adolescente um posicionamento bastante consciente e

crítico de “seu lugar nesse mundo”; o fato de ser de abrigo, negra (nas conversas do dia-a-dia a adolescente sempre se denomina ‘morena’ ou ‘morena um pouco mais escura’) e pobre apontaria para uma inadequação de sua presença ali, naquele espaço (no caso, uma cidade-satélite de classe média de Brasília).

Como aponta Prestes (2010), neste contexto o conceito de Estigma (Goffman, 1988) se coloca como um possível campo de análise, a despeito desta visão de que os acolhidos são eminentemente inadequados em função da própria experiência de institucionalização. “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.” (Goffman, 1988:15).

Relato do livro:

“Quando o cuidador foi acordar a adolescente observou que ela estava com os olhos vermelhos e molhados de tanto chorar. Em conversa com a cuidadora a adolescente contou sobre o que o vizinho disse ontem, acrescentou que ele falou em tom de sarcasmo e que a adolescente se sentiu muito ofendida, e que antes era discriminada por ser negra e agora por ser de abrigo, que por isso já estava acostumada”

No relato acima, podemos perceber que o ‘ser de abrigo’ é uma marca distintiva que articula não exatamente os efeitos do abrigamento na constituição dos adolescentes como indivíduos, mas a percepção que genericamente se tem acerca dos abrigados - e que aos poucos eles mesmos passam a introjetar: a de que eles são diferentes e que não conseguiriam viver ou mesmo representar aquilo que é esperado socialmente. Eles seriam desacreditáveis, pela simples razão de serem de abrigo.

Em *outsiders* Becker (2008) investiga como a produção e imposição de regras sociais por determinados grupos insere pessoas em uma categoria classificatória específica: os outsiders. Os outsiders, ou desviantes, são pessoas sobre as quais não se espera viver de acordo com as regras estipuladas. Essas regras são criação de grupos sociais específicos que definem situações, e os comportamentos apropriados a elas.

Para o autor, não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinado contexto sociocultural. Portanto, um comportamento só é desviante quando as pessoas assim o rotulam. O mesmo se dá nos processos de ‘estigmatização’, quando a pessoa não age conforme o esperado ou conforme o que é

dela esperado, não fornecendo uma aparência de normalidade e passando a ter sua imagem social deteriorada.

Relato do livro:

Plantão diurno, 21 de abril de 2011: ‘Ainda em relação ao vizinho este falou que João e José são bandidos e deveriam estar presos’.

Plantão noturno, 21 de abril de 2011: ‘João e José pediram para brincarem na área da casa, colocaram as camisetas no rosto deixando apenas os olhos a mostra. Pedimos varias vezes para retirarem as camisetas do rosto, eles não obedeceram. Inclusive, em certo momento, percebemos o pouco movimento na área e ao chamarmos desceram do telhado da casa, ao entrarem tentaram intimidar a cuidadora, chamamos a atenção delesmas de nada adiantou, não retiraram as camisetas do rosto e ainda saíram para a rua, sem autorização, passando medo nos vizinhos, todos ficaram olhando, eles fingiam que estavam ‘armados’, com a mão debaixo da blusa, ficamos chamando eles até que elesram irônicos e desaforados, como se não tivessem feito nada’

‘João durante todo o plantão falou muito em “resgatar sua maquina” (arma), inclusive citando nomes de “chefes de gangue”, segundo ele. Disse também que é “considerado” por “caras de algumas quebras” (cidades). Enfim, João utiliza um vocabulário recheado de gírias ‘pesadas’. Tais atitudes e ações de João, inclusive as intimidações, nos faz se sentir inseguras.’

‘O menino passou todo o plantão com comportamento totalmente agressivo!’

Plantão diurno, 22 de abril de 2011: ‘A cuidadora com o garoto sobre o episódio de ontem, ele insistiu que não fez nada de errado, que estava apenas brincando de ninja e que os cuidadores estavam “julgando” ele de bandido. Ao ser questionado, o adolescente afirmou saber o que estava escrito do livro e xingou as cuidadoras do plantão anterior’

Plantão noturno, 22 de abril de 2011: ‘ João demonstra ser familiarizado com assuntos a respeito de armas, gangues, etc. Parece ser a única forma que encontrou para se autoafirmar e intimidar os criad’s e os cuidadores. Mas cremos ser apenas reflexo trazido das suas vivências anteriores. ’

A questão da brincadeira:

Devido a uma espécie de ‘adultocentrismo’ nas etnografias clássicas que pouco

consideraram a fala dos pequenos, a literatura antropológica sobre as atividades lúdicas de crianças é bastante escassa.

Como sugere Cohn (2009) , podemos interpretar esse fato de diversas maneiras, uma delas seria esvaziando seu significado dizendo que foi só uma brincadeira ou podemos lhe atribuir significado e afirmar que esses meninos estão de alguma forma estabelecendo relações sociais, treinando para uma vida adulta que eles resgatam, atualizam e trazem para si como parte de suas histórias e identidades, ao mesmo tempo em que ao brincar, reinventam situações e reelaboram sentidos.

Podemos pensar também numa terceira aproximação que infere que, por vezes, os meninos podem estar se utilizando de estereótipos para afetar, utilizando-se de mecanismos de resistência que contribuem para a construção de uma “identidade institucional”, que tende a evoluir para a “identidade delinqüente”. Dessa forma, sua imagem perante a vizinhança se reveste de outro valor.

Muitas crianças podem deixar de ser vistas como tais, dependendo do tipo de violência que cometam. A delinqüência que as crianças praticam invalida sua condição infanto-juvenil, dando condições para que estes agentes sejam notados apenas quando praticam atos considerados violentos. Isso explicaria o fato de suas brincadeiras serem atividades invisíveis para grande parte da população, inclusive para os cuidadores, somente sendo notadas quando permeadas por um algum tipo de agressividade.

Dessa forma, longe de conferir um caráter funcionalista que encara esse tipo de brincadeira como uma preparação possível para a vida adulta e importante passo para a socialização da criança, penso que esse tipo de situação, por sua dimensão simbólica, “têm um papel ativo não só na constituição de laços e relações sociais como na elaboração de uma imagem, uma identidade, para si e para os outros.” (Cohn, 2009:32)

Entendendo as crianças como seres críticos e construtores de seu mundo e de suas identidades, gostaria de dar conta da teia de significados tecida por esses meninos, nessas brincadeiras de papéis representados: entre o ninja e o bandido. Considerando que as brincadeiras podem ser estudadas e analisadas como um sistema de comunicação englobado em uma rede de significados, envolvendo práticas multidimensionais e diversas variáveis ao mesmo tempo.

Relato do livro:

‘Hoje pela manha dois moradores de rua estavam fazendo sexo próximo a casa lar. Eles estão em um grupo grande de moradores de rua na lateral da casa, embaixo das

árvores na rua da frente’.

‘Alguns moradores de rua encostaram no portão para pedir comida’.

‘Por volta das 9h, o motorista da van chegou para deixar a alimentação enquanto dois moradores de rua, completamente embriagados pediam dinheiro. O motorista pediu que fossem embora e um deles ficou nervoso e o agrediu. Os dois brigaram fisicamente!’

As relações que se estabelecem entre o espaço da rua e da casa também se evidenciam quando do trato com os pedintes. Somos orientados pela Coordenação da SEDEST/ ABRIRE a não doar/ dar/ transferir nada referente ao patrimônio da casa aos moradores de rua, o que inclui alimentos, remédios, roupas ou roupas de cama, etc. caso estejam sobrando, venham a vencer ou que por ventura estejam estocadas no quartinho dos fundos, respectivamente.

Num determinado plantão (no qual inclusive eu estava presente) um grupo de mendigos se encontrava pela rua fazendo seus pedidos nas casas. Quando chegaram a nossa casa, o cuidador que se encontrava na varanda disse a eles que arrandassem uma vasilha que ele daria um pouco de comida. Nessa mesma hora eu estava começando a despejar a comida no lixo, ao passo que o cuidador se ofereceu a fazer o trabalho por mim. Quando percebi que ele tinha se prontificado a recolher a comida dos vasilhames, não por educação já que eu sempre despejava as enormes vasilhas cheias de comida e carregava os sacos de lixo pesados até a calçada sem ajuda de ninguém, mas para esse fim, resolvi intervir na situação dizendo que ‘somos proibidos a fazer entrega de alimentos a qualquer pessoa... Que uma vez aberta, a comida que não é consumida em até uma hora deve ser jogada fora, por conta das condições de transporte, ‘bla bla bla’... Enfim, todo discurso que qualquer servidor está cansado de saber. O cuidador, então, me disse que era ‘melhor dar a comida do que jogar fora, num tausada, até parece que eles vão voltar!’

Quando retornei ao trabalho, cinco dias depois⁴⁹, e fui realizar a leitura do livro todos os plantões subseqüentes relataram a presença insistente dos pedintes, que ficavam indignados diante da recusa de alimentos/dinheiro. Além disso, um casal do mesmo grupo de mendigos foi visto fazendo sexo nas redondezas da casa e por fim, dois mendigos bêbados agrediram o motorista da van responsável pela entrega dos

⁴⁹ Minha jornada de trabalho é 30 horas, o implica que faço 10 plantões no mês, assim, as vezes, fico um bom tempo sem aparecer na casa.

alimentos, quando ele tentava fazer a entrega.

Tirando isso, quando intervim com o cuidador para que ele não desse os alimentos, os adolescentes que estavam por perto ficaram me chamando de murrinha, egoísta, patricinha, etc., o que prejudicou um pouco minha relação com eles.

Dessa forma, podemos perceber que realmente é muito complicado realizar esse tipo de ação, mesmo que as intenções sejam as melhores do mundo por parte de quem a faz. Como somos servidores da SEDEST e estávamos em serviço, é importante cumprir as determinações da Secretaria, que tem uma linha de atuação específica no trato com pessoas em situação de rua, ligada a educação social e entendendo que as doações por si só fazem com que as pessoas permaneçam nessa situação e não despertem para um desejo de mudança - o processo é entendido como de longo prazo.

Considerações finais

Podemos perceber que, embora muito tenha evoluído no atendimento a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, dilemas e questionamentos sobre a natureza dos equipamentos ainda se fazem presentes em grande medida pela falta de recursos e treinamentos despendidos à unidade e seus profissionais.

Embora o ECA preconize esse segmento como ‘prioridade absoluta’, jogos e articulações políticas acabam por minar esse projeto, já que as instituições e funcionários ligados a sua consecução prática acabam por permanecerem preteridos na agenda do poder público.

A falta de ‘voz’ no planejamento de políticas leva os funcionários a terem uma sensação de abandono pelo sistema e de estarem engajados em uma causa perdida.

A necessidade de treinamento e de diretrizes para o atendimento cotidiano é urgente, na medida em que possibilita o preparo de quem está na ‘ponta’ da implementação do serviço de acolhimento.

A falta dessa preparação gera tensões no trato diário, posto que estamos nos referindo a sujeitos (cuidador/acolhido) com universos simbólicos estruturados de maneira diversa, e por vezes até divergente; pertencentes a realidades sociais, econômicas e culturais por vezes diametralmente opostas.

Assim, é necessário transformar a instituição num ambiente de desenvolvimento, capacitando-a e instrumentalizando-a, investindo na formação de pessoas (técnicos e acolhidos) - em geral, e habilitando profissionalmente os cuidadores - em particular, para que eles possam aprender sobre desenvolvimento infantil e jovem numa visão contextualizada, sobre as práticas educativas, sobre a violência doméstica, sobre as medidas socioeducativas e também para que eles possam compreender as teorias implícitas que permeiam o ambiente institucional.

Além disso, dentro da unidade de acolhimento são observados problemas funcionais, como, por exemplo, o número de funcionários inadequado, ocasionando dificuldade no cumprimento das funções, sobrecarga das tarefas e um atendimento pouco eficaz.

Como mencionado durante a pesquisa, o Abrigo Reencontro é o único abrigo público do DF e por isso acaba por ser a única instituição cujo acolhimento de qualquer criança ou adolescente é compulsório, mesmo que não exista ação judicial, tendo em vista que muitas vezes serve como última instância para aqueles que não são aceitos em

outras instituições. Cria-se assim uma demanda para além das possibilidades profissionais e de infra-estrutura atualmente disponíveis para atender seu público alvo.

Os abrigos da rede pública fazem parte de uma complexa rede que ensaia passos para se tornar uma realidade que garanta direitos. A precariedade na comunicação dentro do microssistema institucional (funcionário/diretoria do abrigo, adolescentes/funcionário, entre outros) e, sobretudo entre os macrossistemas (abrigo/escola, abrigo/Conselho Tutelar, abrigo/outra instituição que a criança ou adolescente frequenta, entre outros), também reflete as dificuldades de articulação na rede de apoio social como um todo.

Dessa forma, o que se tentou articular nessa pesquisa, na medida da capacidade da autora, foi a necessidade de um trabalho reflexivo a respeito da dinâmica do Abrigo e sobre a atenção despendida a suas crianças e adolescentes, tentando ~~des~~naturalizar algumas categorias que parecem nortear a política de atenção a infância e adolescência e algumas das dificuldades vividas no ambiente institucional sobre a luz da categoria profissional **cuidador social**.

Dessa forma, embora a opção da pesquisa tenha sido de dar ênfase a esse sujeito social, ela não se furta da constatação de que é preciso também promover uma maior participação das crianças e dos adolescentes na construção deste ambiente, afinal, se eles são parte constitutiva do Abrigo Reencontro, deve-se reconhecer o papel destes indivíduos enquanto sujeitos de direito e ampliar sua participação, em um processo pedagógico contínuo que permita que esses jovens reflitam e sejam críticos em relação a seus deveres e direitos.

Assim, acionei a literatura antropológica no sentido de entender o caráter etnocêntrico de algumas políticas sociais/ públicas que acabam por evidenciar uma projeção do **EU** sobre o **OUTRO** - baseadas que estão em valores, práticas e representações estranhas aos segmentos sociais aos quais se destinam.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Viviane de Araujo. **Caje: retratos de um cotidiano de conflito**. Dissertação de mestrado, Brasília 2006. UNB

ARAGÃO, Renan Alves Viana. **Acolhimento Institucional no Distrito Federal: Reflexões sobre o Abrigo Reencontro (ABRIRE)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, Brasília, 2011. UNB

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Câmara Legislativa do Distrito Federal. 07/10/2009.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**.

CARDARELLO, Andrea. **A transformação do internamento “assistencial” em internamento por “negligência”: tirando a cidadania dos pais para dá-las às crianças**. Ensaio FEE, vol. 19, n. 2, 1998.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CUNHA, Olivia. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. 2004. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132004000200003#ba ck0

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara Koogan, 1991.

DEL PRIORI, M (Org.). **Historia da criança no Brasil**. 4ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. **Direitos dos mais e menos humanos.** Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: Experiências de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HORVATH, Verônica Pérez. **Viver com HIV nos abrigos residenciais: um estudo antropológico sobre crianças portadoras de HIV nos abrigos da Fundação de Proteção Especial na cidade de POA.** Dissertação de Mestrado de Antropologia. UFRS, 2005.

NOGUEIRA, P.C. **A criança em situação de abrigamento: Reparação ou Reabandono?** Dissertação de mestrado UNB.(2004)

PEIRANO, Mariza. A lógica múltipla dos documentos. **Em: A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2006.

PRESTES, Andréia Baia. **Ao abrigo da família: Emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar.** Curitiba, 2010. Dissertação de mestrado.

RIZINNI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SCHUCH, P.; FONSECA, C. ; URIARTE, P. ; SOARES, D. **Estrutura e Composição dos Abrigos para Crianças e Adolescentes em Porto Alegre** (Vinculados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e participantes da rede própria, conveniada e conveniada não governamental) Porto Alegre, 2005.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. **Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, E.R. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

- Silva, Roberto da. **A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. Cap. 10. Brasília: IPEA, 2004.

- Mello, Simone G.; SILVA, E.R. **Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos**. Cap. 04. Brasília: IPEA, 2004.

- Silva, E.R. **O perfil das crianças e do adolescente nos abrigos pesquisados**. Cap. 2. Brasília: IPEA, 2004.

SINGLY, Francois; PEIXOTO, Clarice E.; CICHELLI, Vincenzo. (Org.) **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=so1021822006000100010&ing=pt&nrm=isso>

SOUZA, Jessé. **A Sociologia dual de Roberto da Matta: Descobrimos nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16 n° 45. 2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/0D/rbcsoc/v16n45/4330.pdf>

VALENTIN, Daniel Costa. **Entre brincadeiras e trocados: fragmentos etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de rua em Fortaleza – CE**. 2008.

Disponível em: <HTTP://knol.google.com/k/antropologia-das-brincadeiras-infantis>

